

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Juliene Rezende Cunha

**COMPETÊNCIAS NA FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS
CONTÁBEIS E SUAS IMPLICAÇÕES NO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Taubaté – SP

2014

Juliane Rezende Cunha

**COMPETÊNCIAS NA FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS
CONTÁBEIS E SUAS IMPLICAÇÕES NO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do Título de Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional

Orientadora: Prof^a. Dra Marilsa de Sá Rodrigues

Taubaté – SP

2014

Juliane Rezende Cunha

**COMPETÊNCIAS NA FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS
CONTÁBEIS E SUAS IMPLICAÇÕES NO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do Título de Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional

Orientadora: Prof^a. Dra Marilsa de Sá Rodrigues

Data: ____/____/____

Resultado: _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr^a: Marilsa de Sá Rodrigues (Orientadora) UNITAU

Assinatura: _____

Prof^o Dr. Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira UNITAU

Assinatura: _____

Prof^a Dr^a. Eloisa de Moura Lopes FATEC - PINDAMONHAGABA

Assinatura: _____

Aos meus pais: Sr. Júlio e Sr^a Maria Luzia;

Aos meus filhos amados: João Vítor e Ana Vitória; e

Ao meu marido, grande amor e companheiro de vida.

AGRADECIMENTOS

A DEUS que é fonte de vida, que tudo nos concede, inclusive, força, vigor e energia para emprendermos buscas como essa que ora agradeço ter alcançado – mais uma etapa de qualificação profissional.

À minha família, mãe, pai, sogra e sogro, meus anjos da guarda, que nunca mediram esforços para cuidar dos meus maiores tesouros: meus filhos que suportaram minhas constantes ausências.

À UNIFIMES, instituição à qual estou vinculada profissionalmente, que proveu com recursos financeiros parte dos custos deste estudo.

Às Professoras Ita de Fátima Dias Silva e Irondina de Fátima Silva pelo empenho na concretização desse projeto.

À UNITAU pela condução do Programa de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional.

À minha orientadora Professora Doutora Marilsa de Sá Rodrigues, pela contribuição na realização deste trabalho.

Aos professores avaliadores: Prof^o Dr^o Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira e Prof^a Dr^a. Eloisa de Moura Lopes, pelas importantes interferências.

RESUMO

A Contabilidade é uma área da ciência que produz, por meio de metodologia específica, informações históricas referentes ao patrimônio das pessoas físicas e jurídicas com a finalidade de prover informações úteis aos investidores e demais usuários. É de grande relevância para os negócios na medida em que contribui significativamente para a gestão e, por consequência, para a sociedade nas questões relacionadas ao desenvolvimento econômico. Torna-se importante conhecer como ocorre o processo de formação dos profissionais que atuam nessa área e refletir sobre o modelo atual. Esse é o objetivo do presente estudo, que verifica a correspondência entre as competências e habilidades definidas pelo Ministério da Educação e Cultura e as propostas do projeto pedagógico dos cursos de Ciências Contábeis das fundações municipais do estado de Goiás, comparando-as com as percepções dos alunos. O trabalho foi realizado por meio de estudo de caso, em duas etapas. A primeira documental, quando foram pesquisadas as características de cada instituição e sua proposta pedagógica de formação do profissional, e a segunda referente à pesquisa de campo, utilizando como instrumentos a entrevista e o questionário para coletar a opinião dos estudantes em relação às competências adquiridas durante a graduação em Ciências Contábeis. Os resultados obtidos evidenciam que os alunos demonstram forte concordância quanto à formação das competências técnicas e comportamentais, a relação da Ciência Contábil com outras áreas, e aponta a necessidade de adoção de novas práticas de ensino nos cursos de Ciências Contábeis, além da valorização do estágio durante a formação profissional, o que torna indispensável às IES a revisão de seus Projetos Pedagógicos e sua metodologia de ensino aprendizagem.

Palavras-chave: Gestão. Planejamento. Desenvolvimento Regional. Contabilidade. Competência.

ABSTRACT

COMPETENCE TRAINING IN ACCOUNTING IN SCIENCE AND ITS IMPLICATIONS ON REGIONAL DEVELOPMENT

Accounting is an area of science that produces, through a specific methodology, historical information relating to the assets of individuals and companies in order to provide useful information to many users, thus being of great importance for business in that it contributes significantly to the management and consequently society on issues related to economic development. Becomes important to know how the process of training of health professionals in this area and reflect on the current model, so this paper proposes to verify the correspondence between the competencies and skills defined by the Ministry of Education and Culture and proposed the pedagogical project of science courses occurs accounting of municipal foundations of the state of Goiás, comparing them with the perceptions of students. The study was conducted by means of a case study, in two stages, the first documentary when it was investigated the characteristics of each institution and its pedagogical training proposal professional profile, the second was the field research, using as instruments and interview questionnaire to gather the opinions of students regarding the skills acquired during undergraduate studies in Accounting. The results obtained in this research show that students demonstrate strong agreement regarding the training of technical and behavioral skills, the relationship of Accounting Science with other areas, and point to the need to adopt new teaching practices in courses of accounting and the valuation of stage during vocational training, imposing the need for IES to review their pedagogical projects and methodologies of teaching and learning.

Keywords: Regional Development. Accounting. Competence. Management

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Gênero	58
Tabela 2: Idade.....	59
Tabela 3: Onde cursou o Ensino Médio?	59
Tabela 4: Fez cursinho preparatório para entrar no curso de Ciências Contábeis	60
Tabela 5: Onde faz o seu curso?	61
Tabela 6: Motivo predominante da escolha do curso	61
Tabela 7: Exerce atividade remunerada.....	62
Tabela 8: KMO.....	64
Tabela 9: Fator 1 - Competências Técnicas.....	65
Tabela 10: Fator 2 - Competências Comportamentais.....	66
Tabela 11: Fator 3 - Competência de Relacionar a Ciências Contábeis com Outras Áreas .	67
Tabela 12: Analisando a sua passagem pela Faculdade, Centro Universitário ou Universidade, destaque as suas mudanças pessoais nestes últimos anos.....	67
Tabela 13: O que você mudaria na Faculdade, Centro Universitário ou Universidade, para que o seu processo de aprendizagem tivesse sido melhor?	68
Tabela 14: Os conhecimentos e habilidades adquiridos na graduação foram utilizados durante as atividades desenvolvidas no estágio?	69
Tabela 15: Destaque, por ordem de importância, as disciplinas que mais contribuíram para a aquisição das competências e habilidades desejadas na formação de contabilista.	70
Tabela 16: Destaque as disciplinas que dispensaria do seu currículo explicando o porquê. 71	
Tabela 17: Qual a sua opinião sobre a preparação obtida no seu curso de graduação em Ciências Contábeis?	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Conceito para o termo competência conforme autores citados	35
Quadro 2: Competências IFAC	36
Quadro 3: Comparativo de Competências.	38
Quadro 4: Cálculo Amostral	49
Quadro 5: Pontuação e Afirmativas	63
Quadro 6: Sugestões de Melhorias para os Cursos	74

LISTA DE FÓRMULAS

Fórmula 1: Cálculo Amostral.....	48
----------------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS

ABRASCA	Associação Brasileira das Companhias Abertas
APIMEC	Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CEE	Conselho Estadual de Educação
CES	Câmara de Ensino Superior
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
CONSPLE	Conselho Pleno
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
ENADE	Exame Nacional de Desempenho do Estudante
FAFICH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Goiatuba
FEA	Fundação Educacional de Anicuns
FESG	Fundação de Ensino Superior de Goiatuba
FESURV	Fundação Municipal de Ensino Superior de Rio Verde
FIMES	Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis
FMI	Fundo Monetário Internacional
IAS	International Accounting Standards
IASB	International Accounting Standards Board
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IES	Instituições de Ensino Superior
IFAC	Federação Internacional de Contabilistas
IFRS	International Financial Reporting
KMO	Kaiser-Meyer-Olkin
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura

NBC PG	Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas a todos os profissionais de Contabilidade
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC	Projeto Político Pedagógico
SECTEC	Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás
SESU	Secretaria de Educação Superior
SPED	Sistema Público de Escrituração Digital
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
SUSEPE	Superintendência de Seguros Privados
TAA	Teste de Aferição de Aprendizagem
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNIFIMES	Centro Universitário de Mineiros

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 PROBLEMA	16
1.2 OBJETIVOS	16
1.2.1 Objetivo Geral	16
1.2.2 Objetivos Específicos	16
1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	17
1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO	17
1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	18
2 REVISÃO DA LITERATURA	19
2.1 CONTABILIDADE	19
2.1.2 Convergência ao Padrão Internacional	21
2.1.3 Estrutura Conceitual da Contabilidade	23
2.1.4 Demonstrações Contábeis	24
2.1.5 Contabilidade Gerencial	26
2.1.6 Controladoria	27
2.1.7 Governança Corporativa	29
2.1.8 Regulamentação da Categoria Profissional	32
2.1.9 Ensino de Contabilidade no Brasil.....	32
2.1.10 Diretrizes Curriculares Nacionais	33
2.1.11 Competências e Habilidades.....	34
2.2 DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO.....	38
2.3 FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS	43
3 MÉTODO.....	46
3.1 TIPO DE PESQUISA	46
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA	47
3.3 INSTRUMENTO(S)	49
3.4 COLETA DE DADOS: PROCEDIMENTO.....	50
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	51
4.1 ETAPA DOCUMENTAL.....	51

4.1.1 Estado de Goiás.....	51
4.1.2 Fundações Municipais do Estado de Goiás	51
4.1.3 Fundação de Ensino Superior de Rio Verde - FESURV	53
4.1.4 Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior - FIMES.....	54
4.1.5 Fundação de Ensino Superior de Goiatuba - FESG.....	55
4.1.6 Fundação Educacional de Anicuns - FEA	56
4.2 PESQUISA DE CAMPO	57
4.2.1 Caracterização dos Entrevistados.....	57
4.3.1 Resultados dos questionários	62
4.3.2 Resultados das análises fatoriais	63
4.4 MATRIZES CURRICULARES DOS CURSOS EM ESTUDO	75
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS.....	80
ANEXO A – APROVAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA	86
ANEXO B – MATRIZES CURRICULARES	87

1 INTRODUÇÃO

O Crescimento e desenvolvimento econômico provocam tensão em todas as áreas do conhecimento. O crescimento de uma região do ponto de vista econômico e social suscita demandas de ações e políticas que sustentem esse fenômeno. Um dos pilares do desenvolvimento regional é a educação. O Relatório da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI, da UNESCO, situa o ensino superior como um dos motores do desenvolvimento econômico.

O ensino superior é, ao mesmo tempo, depositário e criador de conhecimento e será cada vez mais importante, pois os recursos cognitivos, como fatores de desenvolvimento, tornam-se mais importantes que os recursos materiais. O progresso tecnológico e inovação do mercado exigirão cada vez mais profissionais competentes, habilitados, com estudos de nível superior.

Quatro municípios do Estado de Goiás adotaram a educação superior como estratégia de desenvolvimento regional ao inaugurar suas Fundações Educacionais de Ensino Superior. Conforme afirmação de Camini *et al* (2001):

A educação como atividade de formação ampla, não restrita aos bancos escolares ou à formação para o mercado de trabalho, mas como atividade voltada à emancipação humana e social, para a formação de seres capazes de produzir outras formas de relação econômica, social, cultural, política. (CAMINI *et. al*, 2001, p.46)

Nesse contexto, a contabilidade como ciência social aplicada compõe o cenário e se insere como área do conhecimento responsável pelo registro dos eventos econômico/financeiros. Trata-se de um instrumento utilizado para medir o patrimônio das pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, que envolve o capital econômico e seus resultados, proporcionando informações relevantes e confiáveis para os diversos atores que compõem o cenário do desenvolvimento regional.

Esses profissionais das Ciências Contábeis têm servido às pessoas como apoio e orientação na condução e operacionalização de suas atividades econômicas, contribuindo com o desenvolvimento e gestão dos negócios, na medida em que oferecem instrução e informações da condição econômica e financeira do negócio.

A Ciência Contábil atende a diversas demandas sociais, entre elas o auxílio na gestão nas esferas pública e privada. Junto com a Controladoria desempenha funções que auxiliam no planejamento e controle das atividades. O patrimônio bem

administrado garante emprego, gera renda, impostos, agrega valor e distribui riqueza à sociedade, promovendo desenvolvimento.

A Contabilidade tem se mostrado importante instrumento para o desenvolvimento das boas práticas de Governança Corporativa, na medida em que trabalha com a evidenciação, suprimindo as necessidades informativas dos diversos usuários para realizar suas decisões.

O pensamento da ciência Contábil no campo restrito da Contabilidade limita a visão à operacionalidade e ao senso utilitarista. O presente estudo propõe ampliar a visão segundo a ótica do desenvolvimento regional, apresentando uma reflexão acerca da formação de profissionais contabilistas com competência para atuar tanto no mercado de trabalho brasileiro quanto internacional.

A educação forma valores que norteiam as ações dos sujeitos, e no caso dos contabilistas são sujeitos capazes de atender às demandas sociais geradas pelo sistema econômico em vigor, já que apoia as pessoas físicas, jurídicas e governo nas questões da transparência, prestação de contas, apuração de resultados e controle dos custos e gestão, contribuindo para o desenvolvimento regional.

Foram investigadas as competências adquiridas, na percepção dos estudantes matriculados nos cursos de Ciências Contábeis das Fundações Municipais do estado de Goiás, utilizando como parâmetros para a avaliação as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ministério da Educação.

O processo de formação de contabilistas se dá pela execução de Projetos Pedagógicos organizados por Instituições de Ensino Superior. A educação é uma das dimensões do desenvolvimento regional que possibilita a emancipação do indivíduo, pois além de formar para o mercado de trabalho o capacita nas vertentes econômica, social, cultural e política.

Para tornar-se um profissional da contabilidade é preciso estudar os conteúdos propostos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais em instituições devidamente reconhecidas pelo Ministério da Educação, que garantem a formação do perfil profissional com as competências e habilidades definidas para essa área de atuação, além de credenciar -se ao Conselho Federal de Contabilidade, por meio dos Conselhos Regionais, e obter autorização para o exercício profissional.

1.1 Problema

A profissão contábil ao longo de sua existência tem se adaptado às exigências da sociedade. As alterações na Lei das Sociedades por Ações, nº 6.404/76, introduzidas pela Lei 11.638/2007, e a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) provocaram intensa movimentação para essa categoria profissional.

Foi necessária a atualização dos conhecimentos, tanto para os profissionais em atividade quanto para as Instituições de Ensino Superior, que foram obrigadas a reformular seus Projetos Pedagógicos de Curso e capacitar seus docentes com o intuito de mantê-los atualizados, para que os estudantes, mesmo diante da mudança, pudessem obter instruções atualizadas relativas à área profissional.

Conforme Silva e Marion (2013), com o processo de convergência às normas internacionais o Brasil está passando por uma Revolução Contábil sem precedente. Ante o exposto, este estudo se propõe a responder a seguinte questão: qual a percepção dos estudantes do último período acerca das competências individuais adquiridas durante sua formação nos cursos de Ciências Contábeis ofertados pelas Fundações Educacionais Municipais do estado de Goiás?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Verificar a correspondência entre as competências e habilidades definidas pelo MEC e as propostas no Projeto Pedagógico dos cursos de Ciências Contábeis das fundações municipais do estado de Goiás e compará-las com a percepção dos alunos.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar, descrever e comparar por meio das opiniões dos estudantes do último período dos cursos de Ciências Contábeis das Fundações Municipais

do estado de Goiás, o que eles percebem como competências e habilidades adquiridas durante sua formação.

1.3 Delimitação do estudo

O presente estudo delimita-se à identificação das competências individuais de 120 alunos, matriculados no último período dos quatro cursos de Ciências Contábeis das Fundações Municipais do estado de Goiás, adquiridas durante sua formação.

1.4 Relevância do estudo

O desenvolvimento econômico do capital físico-econômico provoca mudanças significativas na forma como as sociedades se comunicam e se relacionam, provocando uma tensão global. As pessoas, reagindo a essa tensão, organizam-se, aprendem, e inovam em suas localidades.

O uso das novas tecnologias de comunicação produz mudanças significativas na forma de relacionamento da sociedade, minimizando as barreiras geográficas. Processos de mudança sempre provocam desconforto aos envolvidos, já que no cenário em transformação o natural é que as pessoas procurem adaptar-se às novas exigências.

A Contabilidade, no Brasil, tem sofrido mudanças significativas para adaptar-se às necessidades do mercado. A publicação da Lei 11.638/2007 é uma demonstração do intenso movimento para harmonização das normas contábeis brasileiras às normas internacionais, bem como a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, cuja finalidade é a de normatizar as novas regras no País em consonância com as regras internacionais.

Andere e Araújo (2008, p. 92), salientam: “estudar a educação e a qualidade do ensino contribui para a promoção de mudanças e para o progresso da sociedade [...]”. No III Encontro Internacional de Reitores Universia, ocorrido no Rio de Janeiro nos dias 28 e 29 de julho de 2014, cujo objetivo foi refletir sobre a universidade do século XXI, foram propostas dez questões, chamadas de chave, expressas na Carta Universia Rio 2014, apontadas como estratégia de atuação para as universidades.

Entre elas destaca-se a de número três, que anuncia a atenção às novas expectativas dos estudantes.

Em consonância com o exposto e para atender aos novos modelos sociais de aprendizagem e desenvolvimento, cabe refletir sobre a formação dos novos contabilistas e suas percepções acerca das competências adquiridas ao longo da graduação.

Dessa maneira, espera-se que o presente estudo, ao identificar e descrever a opinião dos estudantes do último período dos cursos de Ciências Contábeis das fundações municipais do estado de Goiás, a respeito das competências adquiridas, possa contribuir com o meio acadêmico e profissional, oferecendo subsídio para discussões relativas ao aspecto de formação dos contabilistas a partir das expectativas dos estudantes.

1.5 Organização do Trabalho

O estudo apresenta cinco seções. A primeira contém a introdução, que apresenta o problema, os objetivos, a delimitação, relevância, e a organização da pesquisa. A segunda seção apresenta o referencial teórico a respeito da contabilidade e do processo de formação dos contabilistas, bem como a caracterização do estado de Goiás e das Fundações Educacionais Municipais.

A terceira seção descreve o método adotado na pesquisa, e a quarta traz os resultados e a discussão. A quinta seção encerra o estudo com as considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Esta seção introduz o conceito de Contabilidade de forma ampla e descreve brevemente a convergência das normas contábeis brasileiras ao padrão internacional, incluindo a nova estrutura conceitual da Contabilidade e das demonstrações contábeis. Apresentam-se as contribuições da Contabilidade na gestão, controle e planejamento dos negócios, bem como sua importância na adoção de boas práticas administrativas. Descreve as competências e habilidades previstas para o contabilista e o seu processo de formação, e, por fim, inclui os conceitos de desenvolvimento regional e o auxílio da educação e das fundações educacionais nesse contexto.

2.1 Contabilidade

A Contabilidade evolui com a humanidade, e o progresso econômico é o grande catalisador dessa profissão. No contexto do desenvolvimento regional a dimensão econômica, que resulta na acumulação de riqueza, o ter mais, sugere a necessidade de profissionais capazes de auxiliar as pessoas no gerenciamento e controle do patrimônio.

Marion (2013) entende que a Contabilidade é uma Ciência Social Aplicada, pois apesar do uso de números e, em alguns casos, da Matemática Aplicada e Estatística, tem como objetivo informar com precisão determinados dados que, destinados à gestão das organizações, impactam diretamente no meio social.

Considerações de Sá (2006) incluem que as manifestações naturais de preservação da espécie humana fizeram-se acompanhar dos conceitos de falta e utilidade das coisas para suprir as privações, de modo que na busca de preencher privações e proteger-se nasce a consciência de patrimônio como conjunto de meios úteis para satisfazer as necessidades humanas.

Conforme Ludícibus (2000), a contabilidade é a ciência que baseada em princípios e convenções estuda o patrimônio. Com metodologia específica constrói arquivo-base de informações históricas sobre tal patrimônio, com a finalidade de

prover os usuários dos demonstrativos financeiros com informações úteis que ajudam a tomar decisões racionais.

Marion (2013) reforça que a Contabilidade possui um sistema de classificação e registro das operações que de alguma forma afeta o patrimônio com objetivo de fornecer informações econômicas aos vários usuários de forma que propiciem informações racionais.

Segundo Lopes e Ludícibus (2012), a Contabilidade movimenta-se com a sociedade e busca ajustar-se às suas necessidades, cultura e modelos de organização. Dentre os vários interesses que possam existir entre os usuários, estes sempre buscam/confiam na contabilidade e nas informações que publica.

Braga (2009) entende que os demonstrativos financeiros são importantes instrumentos para quem necessita de informações de determinado negócio, pois é fonte de consulta histórica, já que com seu modelo de coleta e tratamento de dados produz base de informação contábil que colabora como elemento de predição de eventos ou tendências futuras.

Marion (2013) explica que o núcleo fundamental da ciência contábil é composto pelo conjunto de bens, direitos e obrigações com terceiros, representando respectivamente o Ativo, o Passivo e o Patrimônio Líquido: seu objeto de estudo é o patrimônio e suas variações. A ação humana, em sua atividade produtiva, gera e modifica seu patrimônio, produzindo variações patrimoniais positivas ou negativas, e essas variações são representadas pelos lucros ou perdas.

Marion (2013) expõe ainda que para a Contabilidade lucro ou prejuízo são resultados, e os resultados são compostos pelo confronto entre as variações positivas (receitas e ganhos) e negativas (custos, despesas e perdas). Assim, o Ativo, o Passivo, o Patrimônio Líquido, as Receitas, Custos e Despesas compõem o núcleo fundamental da teoria contábil.

Em relação ao campo de atuação da contabilidade e seu desenvolvimento, Ludícibus (1998) narra que:

A Contabilidade, na qualidade de ciência aplicada, com metodologia especialmente concebida para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente, seja este pessoa física, entidades de finalidades não lucrativas, empresas seja mesmo pessoa de Direito Público, tais como Estado, Município, União, Autarquia etc., tem um campo de atuação circunscrito às entidades supramencionadas, o que equivale a dizer muito amplo. Na verdade,

o desenvolvimento inicial do método contábil esteve intimamente associado ao surgimento do Capitalismo, como forma quantitativa de mensurar os acréscimos ou decréscimos dos investimentos iniciais alocados a alguma exploração comercial ou industrial. (IUDÍCIBUS, 1998, p.21).

Lopes e Iudícibus (2012) consideram que as práticas contábeis funcionam como mecanismos de governabilidade ao facilitar o monitoramento de diversas atividades; ajudam a concretizar políticas econômicas abstratas; e permitem o alinhamento entre objetivos pessoais e político sociais. Ao fornecer parâmetros de desempenho, a Contabilidade possibilita que as atividades dos indivíduos tornem-se visíveis sob o ponto de vista quantitativo e qualitativo.

De acordo com Martins (2009), desde a Era Mercantilista a Contabilidade já estava bem estruturada e servia às empresas comerciais para apurar o resultado de cada período e valorar os estoques. No século XVIII, a Revolução Industrial introduziu novo arranjo produtivo com o advento da indústria, e a Contabilidade adaptou-se às novas exigências introduzidas no cenário, que conjugava comércio e indústria.

O autor continua, afirmando que o desenvolvimento do mercado de capitais transformou pessoas de diversos países do mundo em acionistas de grandes empresas, e a complexidade do sistema bancário exigiu da Contabilidade a responsabilidade por levar informações confiáveis aos diversos integrantes do novo mercado. Até os dias atuais, no atual estágio da tecnologia da informação, a Contabilidade tem atendido satisfatoriamente aos diversos usuários das suas informações.

2.1.2 Convergência ao Padrão Internacional

Niyama (2010) apresenta reflexões sobre a natureza da contabilidade situando-a como ciência social aplicada, que sofre influência do meio em que atua. As práticas contábeis de uma nação são influenciadas pelos valores culturais, tradição histórica, estrutura política, econômica, e social.

Desse modo, os avanços tecnológicos, os novos modelos de comunicação e relacionamento das pessoas e organizações modificaram também as formas de negócio, o que resultou na necessidade de harmonização das normas brasileiras de

contabilidade às internacionais, visto que a Contabilidade não é homogênea em termos internacionais (NIYAMA, 2010).

Guerra (2013) salienta que:

o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade representa uma grande transformação no processo de produção da informação contábil no Brasil. Não se trata apenas de um conjunto de modificações meramente formais, e sim uma mudança de mentalidade. (GUERRA, 2013, p.1)

Almeida (2014) traça um panorama geral da contabilidade no mundo e no Brasil, esclarecendo que o International Accounting Standards Board (IASB) é o responsável por emitir as normas que servem como base na elaboração das demonstrações contábeis. Essas normas são denominadas International Financial Reporting (IFRS); Normas Internacionais de Relatório Financeiro; International Accounting Standard (IAS); e Normas Internacionais de Contabilidade.

Nessa direção, o autor cita que diversos países ao redor do mundo têm adotado essas normas para as empresas listadas em bolsa de valores. No Brasil, o processo de harmonização foi iniciado em 2008 com a edição das Leis 11.638/2007 e 11.941/2009.

Desde então, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) editou vários pronunciamentos, incluindo a norma sobre a estrutura conceitual básica, aprovados por deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O CPC foi idealizado a partir da comunhão de objetivos das seguintes entidades: Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC NACIONAL), Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

O CPC é totalmente autônomo, e além dos 12 membros atuais participam também o Banco Central do Brasil, a CVM, a Secretaria da Receita Federal e Superintendência de Seguros Privados (SUSEPE). Seus produtos são pronunciamentos técnicos, orientações técnicas e interpretações técnicas.

2.1.3 Estrutura Conceitual da Contabilidade

Iudícibus *et al* (2010) relatam que no Brasil, até a publicação da Lei 11.638/07, a Contabilidade orientava-se por princípios e postulados na condução do exercício profissional. Agora, com o advento da globalização dos mercados e a necessidade de harmonização das normas contábeis brasileiras às internacionais, adotou integralmente o documento do IASB, a partir do pronunciamento CPC 00, que não utiliza a denominação de princípios fundamentais ou postulados, e sim Características Qualitativas da Informação Contábil.

Marion (2013) expõe que a finalidade do processo de harmonização internacional da Contabilidade é unificar a linguagem financeira dos negócios internacionais, reduzindo custos de elaboração, divulgação e auditoria de demonstrações financeiras, melhorando a comunicação entre as empresas e seus investidores.

Nesse novo contexto evidencia-se a qualidade da informação contábil sobre a posição financeira e patrimonial, bem como o desempenho e mudanças na situação financeira da entidade. Ressalta-se o conceito da Primazia da Essência Sobre a Forma, descrita por Marion (2013):

[...] algumas vezes a forma jurídica de uma transação deveria deixar de retratar a essência econômica de determinado fator ocorrido na Entidade, devendo, nesse caso, cumprir seu objetivo de bem informar, considerando a essência sobre a forma. (MARION, 2013, p.13)

Nesse processo de convergência o CPC emitiu seu documento CPC 00, estabelecendo a estrutura de conceitos básicos com a finalidade de: dar suporte aos trabalhos do CPC aos responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis; auxiliar os auditores independentes na formação de opinião sobre as demonstrações contábeis; apoiar na interpretação das demonstrações contábeis; e proporcionar informações sobre o enfoque adotado na formulação dos Pronunciamentos Técnicos.

O documento define os pressupostos básicos, o regime de competência e continuidade. Pelo regime de competência os eventos são reconhecidos quando ocorrem, e a continuidade pressupõe que a entidade continuará em operação no futuro previsível.

Cita as características qualitativas que tornam as demonstrações úteis aos usuários: compreensibilidade, relevância, materialidade, confiabilidade, representação adequada, primazia da essência sobre a forma, neutralidade, prudência, integridade, comparabilidade, tempestividade, equilíbrio entre custo e benefício, equilíbrio entre características qualitativas, e visão verdadeira e apropriada.

O documento trata também dos elementos das demonstrações contábeis: Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receitas, Despesas, incluindo o processo de reconhecimento de tais elementos e a sua mensuração.

2.1.4 Demonstrações Contábeis

O processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade tem provocado significativas mudanças na produção da informação contábil. Ocorreram alterações no conjunto de demonstrações contábeis obrigatórias e nos grupos patrimoniais do balanço. Consoante Guerra (2013, p.1), sem dúvida o traço mais marcante da nova legislação societária está na questão da avaliação dos ativos da empresa.

O autor expõe ainda que as principais mudanças introduzidas pela convergência podem ser resumidas em dois grupos: modificação na avaliação dos ativos e na apresentação das demonstrações contábeis.

Guerra (2013) cita que quanto às modificações na avaliação dos ativos inserem-se: a proibição da prática da reavaliação espontânea de ativos; o cálculo individualizado da depreciação com base na vida útil dos bens; a alteração do conceito de coligada e do alcance da aplicação do método de equivalência patrimonial; a criação, no Patrimônio Líquido, da conta Ajustes de Avaliação Patrimonial; a aplicação, ao final de cada exercício social, do teste de recuperação dos ativos; a implantação da apuração do ajuste a valor presente de elementos do ativo e passivo; e o registro, em contas de ativo e passivo, dos contratos de *leasing*.

Entre as modificações na apresentação das demonstrações contábeis apresentam-se: a classificação do Ativo e Passivo em Circulante e Não Circulante; a extinção do grupo Ativo Permanente; a criação do subgrupo Intangível no grupo do Ativo Não Circulante; a extinção do subgrupo Ativo Diferido; a extinção do grupo

Resultado de Exercícios Futuros; a destinação obrigatória do saldo de Lucros Acumulados; a Extinção da classificação das Receitas e Despesas em Não Operacionais; a obrigatoriedade da elaboração da Demonstração do Valor Adicionado pelas companhias abertas; a substituição das Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e a inclusão dos Resultados Abrangentes no conjunto das demonstrações obrigatórias.

Silva e Marion (2013) consideram a Contabilidade como ciência do patrimônio, enfatizando seu essencial papel na condução dos negócios e evidenciando que as empresas que a contemplam como ferramenta, em suas decisões, são entidades com características promissoras.

A revolução pela qual tem passado a Contabilidade revela a sua importância na comunicação das informações essenciais à tomada de decisão, pois conforme Silva e Marion (2013, p.11) a habilidade em avaliar fatos passados, perceber os presentes e prever eventos futuros pode ser compreendida como fator preponderante ao sucesso empresarial

A Contabilidade utiliza as demonstrações contábeis na comunicação de informações relativas à situação econômica e financeira de uma pessoa, física ou jurídica, conforme legislação vigente, as demonstrações contábeis obrigatórias são: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado.

Ao serem preparadas, as Demonstrações Contábeis devem obedecer aos princípios da continuidade e regime de competência, que em conformidade com Guerra (2013) dão indicativos sobre a capacidade de a entidade gerar fluxos de caixa líquidos, pois informam sobre transações passadas, como pagamentos e recebimentos futuros.

Essas demonstrações devem atender a determinadas características, conforme Resolução CFC nº 1255/09, que são: compreensibilidade, relevância, materialidade, confiabilidade, primazia da essência sobre a forma, prudência, integralidade, comparabilidade, tempestividade, e equilíbrio entre custo e benefício.

2.1.5 Contabilidade Gerencial

O cenário de mercado mostra-se altamente competitivo, obrigando as empresas a buscarem recursos diversos com o intuito de se destacar, criando valor aos seus produtos e marcas. Isso exige decisões rápidas, maduras, com maiores chances de sucesso.

Nesse contexto destaca-se a Contabilidade Gerencial, com informações estruturadas, precisas, relevantes, confiáveis e de boa qualidade, tornando-se um diferencial competitivo na gestão do negócio.

Atkinson *et al* (2011) destacam que as empresas podem criar valor, por meio de sistemas de contabilidade gerencial eficazes, em função de proporcionarem informações tempestivas sobre a condição econômica da empresa, bem como do custo, da rentabilidade de seus produtos, serviços clientes e atividades.

A Contabilidade Gerencial, consoante Atkinson *et al* (2011), é o termo utilizado para remeter ao processo de produzir informação operacional e financeira para funcionários e administradores.

Crepaldi e Crepaldi (2014) esclarecem que tal processo será obtido pela coleta de dados e informações que serão armazenadas, preparadas e conferidas no sistema de informação da empresa, resultando na integração de informações obtidas nos seus vários departamentos.

Iudícibus (2009) explica que o uso de várias técnicas e procedimentos contábeis, organizados em grau de detalhe mais analítico, visando auxiliar os gestores no processo decisório, caracteriza a Contabilidade Gerencial. Enfatiza que as informações organizadas para atender às necessidades internas, que procuram suprir às necessidades e que sejam adequadas a um modelo decisório, voltadas única e exclusivamente à administração da empresa, são características da Contabilidade Gerencial.

Crepaldi e Crepaldi (2014) colocam que o mencionado processo, com informações claras e objetivas, permite aos administradores avaliar o desempenho de atividades, projetos, e produtos, bem como a situação econômico financeira da empresa.

Martins (2010) inclui que o atual estágio da tecnologia da informação possibilita soluções muito satisfatórias ao processar simultaneamente dados relativos à contabilidade financeira, de custos e gerencial.

Iudícibus (2009) enfatiza a gama de possibilidades que os gestores alcançam para tomar decisões, como fabricar ou comprar, substituir equipamentos, expandir a planta, reduzir ou aumentar o volume, e combinar produtos, entre outras.

De acordo com Atkinson *et al* (2011), a Contabilidade Gerencial contribui além dos números empresariais. Ela também possui implicações comportamentais, pois o simples ato de medir e informar os indivíduos afeta o seu comportamento. À medida que as mensurações são realizadas e informadas as pessoas reagem, focando as variáveis e o comportamento medido.

Garrison *et al* (2013) expõem que a Contabilidade ao registrar, estimar, organizar e resumir os dados financeiros e operacionais alimentam a Contabilidade Gerencial, que divulga informações aos gestores da organização com o propósito de planejamento, controle e tomada de decisão. Reforçam que a Contabilidade Gerencial não é obrigatória e não tem necessariamente que seguir o conjunto de normas previstas para a Contabilidade Financeira.

Em suma, os teóricos concordam que a Contabilidade Gerencial é a aplicação da Contabilidade como sistema de captura e processamento de dados que geram informações tempestivas e relevantes, a fim de dar suporte aos membros internos da organização nas questões ligadas a planejamento, custos, controle, desempenho, dos processos e atividades que constituem a entidade.

2.1.6 Controladoria

Considerada por muitos autores como o atual estágio evolutivo da Contabilidade, Oliveira *et al* (2014) entendem que a principal atribuição da Controladoria é a manutenção do sistema integrado de informações operacionais, bem como seu projeto, elaboração e implementação.

Os autores descrevem que para ser eficiente e eficaz a Controladoria deve ser capaz de organizar e encaminhar dados e informações relevantes aos gestores no amparo do processo decisório, monitoramento permanentemente dos controles

das atividades e desempenho dos demais departamentos, e exercer influência capaz de interferir nas decisões dos administradores da entidade, sem deixar de cumprir suas responsabilidades vinculadas aos aspectos contábeis e societários.

Em conformidade com Oliveira *et al* (2014), a Controladoria é uma das importantes atividades dentro das organizações e está ligada ao controle, compreendendo pelo termo a possibilidade de conhecer a realidade e compará-la com o planejado.

Crepaldi e Crepaldi (2014) entendem que o *controller* deve ser um profissional altamente qualificado que definirá e controlará o fluxo de informações da empresa, tendo como função básica garantir a realização do processo que envolve decisão, ação, informação e controle.

Esse profissional conhece a empresa melhor que qualquer gerente, podendo ajudar no alcance de conclusões bem sucedidas nas áreas de compras, produção, comercial, recursos humanos, tributos, e no planejamento estratégico do negócio.

Para ser possível afirmar que existe efetivo controle algumas perguntas devem obter respostas afirmativas, a saber:

As origens de cada ingresso de recurso e destino de cada saída são conhecidas? As receitas e despesas estão dentro dos valores e limites esperados? Os desvios nesses parâmetros são de rápido conhecimento dos gestores responsáveis? São tomadas providências para corrigir tais desvios? Os sistemas de informações existentes permitem o adequado registro e acompanhamento das tomadas de decisões? (OLIVEIRA *et al*, 2014, p.6)

O principal papel da Controladoria é, portanto, assessorar o processo decisório das organizações de forma independente, oferecendo dados e números das medições quantitativas e qualitativas na conclusão das decisões, de maneira a otimizar os resultados econômicos da empresa.

Em relação aos assuntos do ambiente empresarial dinâmico, complexo e competitivo, Marostega *et al* (2014) concluem que a Controladoria desempenha relevante papel quanto ao planejamento e controle e ao cumprimento dos requisitos na adequada Governança Corporativa.

2.1.7 Governança Corporativa

Oliveira *et al* (2014) enfatizam que conquistar a confiança dos investidores torna-se uma estratégia na conquista de recursos de terceiros, no país ou no exterior, para financiar os investimentos. Com isso, a Governança Corporativa vem se revelando importante em diversos países de mercados desenvolvidos ou emergentes.

Garrison *et al* (2013) concordam que a Governança Corporativa eficaz aumenta a confiança dos acionistas no sentido de a empresa ser administrada de acordo com seus interesses, em vez de interesses dos altos gerentes.

Governança Corporativa é um conceito cada vez mais presente entre as empresas de capital aberto que participam do mercado mobiliário e têm suas ações negociadas em bolsas de valores. O termo encontra significado em seus objetivos que, consoante o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, está pautado em:

Transparência – mais do que a “obrigação de informar” a administração deve cultivar o “desejo de informar”. Equidade - tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, sejam acionistas, sejam as demais partes interessadas (*stakeholders*). Prestação de Contas com Responsabilidade (*accountability*) – os agentes da governança devem prestar contas a quem os elegeram e respondem integralmente por todos os atos que praticarem durante os seus mandatos. Responsabilidade Corporativa - os conselheiros e executivos devem zelar pela visão de longo prazo e sustentabilidade da organização; devem também incorporar assuntos de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações. (BRAGA, 2009, p.5)

A Contabilidade desempenha importante papel social na qualidade de ciência aplicada, pois funciona como valioso instrumento na função de gerar informações relevantes pelo seu método concebido para capturar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que modificam o patrimônio das pessoas, físicas ou jurídicas.

Está descrito na introdução da NBC PG 100, de 24 de janeiro de 2014, que uma das características da profissão contábil é a responsabilidade de agir no interesse público. A responsabilidade do profissional da contabilidade não é exclusivamente satisfazer as necessidades do contratante.

A Comissão de Valores Mobiliários (2002) entende que Governança Corporativa é o conjunto de práticas cuja finalidade é otimizar o desempenho de uma companhia ao proteger todas as partes interessadas, tais como investidores, empregados e credores. Garrison *et al* (2013) sintetizam Governança Corporativa como o sistema pelo qual uma empresa é dirigida e controlada.

Companhias com sistema de Governança que proteja todos os seus investidores tendem a ser mais valorizadas, pois transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas são práticas que caracterizam a Governança Corporativa, e são determinantes utilizadas pelos investidores nas decisões de investimento, conforme afirmam Oliveira *et al* (2014).

Braga (2009) informa que o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa ressalta que a função social da empresa compreende a geração de riquezas e oportunidades de emprego, qualificação e diversidade da força de trabalho, estímulo ao desenvolvimento científico, por intermédio de tecnologia e qualidade de vida, mediante ações educativas, culturais, assistenciais e de defesa do meio ambiente, preferencialmente contratando recursos, como trabalho e insumos oferecidos pela própria comunidade.

Sá (2006) afirma que:

A responsabilidade humana do conhecimento contábil é tão vasta que um dia haverá de ser reconhecida em sua plenitude, quando em geral se tiver alcance para entender que é através da Contabilidade que se conseguirá o bem-estar das nações, pelo emprego dos modelos de eficácia patrimonial, capazes de indicarem caminhos para a prosperidade individual e dos seres, sob a ótica de respeito a todos os viventes. (SÁ, 2006, p. 404)

Garrison (2013) expressa que é de vital importância que os negócios sejam conduzidos com uma base ética que construa e sustente a confiança. No exercício da contabilidade os contabilistas devem observar e cumprir os princípios éticos previstos na NBC PG 100/14.

Esses princípios estão em consonância com os padrões internacionais e com o Código de Ética da Federação Internacional de Contabilistas e são:

(a) Integridade – ser franco e honesto em todos os relacionamentos profissionais e comerciais.(b) Objetividade – não permitir que comportamento tendencioso, conflito de interesse ou influência indevida de outros afetem o julgamento profissional ou de negócio.(c) Competência profissional e devido zelo – manter o conhecimento e a habilidade profissionais no nível adequado para assegurar que clientes e/ou empregador recebam serviços profissionais competentes com base em desenvolvimentos atuais da

prática, legislação e técnicas, e agir diligentemente e de acordo com as normas técnicas e profissionais aplicáveis.(d) Sigilo profissional – respeitar o sigilo das informações obtidas em decorrência de relacionamentos profissionais e comerciais e, portanto, não divulgar nenhuma dessas informações a terceiros, a menos que haja algum direito ou dever legal ou profissional de divulgação, nem usar as informações para obtenção de vantagem pessoal pelo profissional da contabilidade ou por terceiros.(e) Comportamento profissional – cumprir as leis e os regulamentos pertinentes e evitar qualquer ação que desacredite a profissão. (CFC, 2014, p.2)

Na atuação profissional é natural deparar-se com uma quantidade expressiva de situações que podem ameaçar a conduta, conforme previsto pelos princípios éticos. O CFC prevê salvaguardas, medidas que visam eliminar ou reduzir a um nível aceitável tais ameaças.

A NBC PG 100/14 prevê duas categorias de salvaguardas. As criadas pela profissão, pela legislação ou por regulamentos, e as salvaguardas no ambiente de trabalho. Incluem requisitos educacionais, de treinamento e de experiência para ingressar na profissão; requisitos de desenvolvimento profissional contínuo; regulamentos de governança corporativa; normas profissionais; monitoramento profissional ou regulatório e procedimentos disciplinares; revisão externa por terceiro, legalmente autorizado, dos relatórios, de documentos, das comunicações ou das informações produzidas pelo profissional da contabilidade.

Nesse contexto, a ciência contábil ganha relevância, porque favorece e se configura como instrumento de implementação de melhores práticas de governança corporativa, formando valores. Pautada em metodologia específica, princípios e normas, oportuniza a publicação de informações utilizadas pelos acionistas, administradores, clientes, fornecedores, credores, governo, empregados e demais interessados no negócio.

Valores são fundamentais ao desenvolvimento humano. Valores são guias de ação e influenciam o modo pelo qual as pessoas elegem suas prioridades e tomam suas decisões. Assim, valores impregnam comportamentos e normas sociais e estão na base do que as sociedades decidem fazer para se desenvolver. Uma visão de desenvolvimento meramente como crescimento econômico desconsidera um aspecto importante: que o desenvolvimento, para ser humano, precisa de pessoas participando, vivendo valores e construindo razões sobre o que é bom ou desejável para uma sociedade. (PNUD, 2010, p.85)

2.1.8 Regulamentação da Categoria Profissional

A profissão contábil passa por constantes alterações, exigindo dos profissionais nela inseridos competências e habilidades que os tornem capazes de articular seus conhecimentos com atitudes para solucionar problemas inerentes à atividade profissional.

Em 2005 foi fundado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com o objetivo de integrar a Contabilidade Brasileira ao padrão contábil internacional, que em 2008 divulgou a aprovação da sua estrutura conceitual de Contabilidade convergente com as Normas Internacionais do IASB.

Almeida (2014) descreve que o Conselho Federal de Contabilidade e órgãos reguladores adotam as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, tornando-as obrigatórias a todas as entidades no País, independentemente se as entidades são de capital fechado ou aberto, ou constituídas na forma de sociedades limitadas.

Sá (2006) entende que:

A evolução dos conhecimentos se opera através da correlação da inteligência do ser humano com a natureza dos fenômenos estudados, sob a ótica de um objetivo, visando encontro com a verdade, quando esta surge como acréscimo às demais já conhecidas ou desvendadas outras até então não evidenciadas.

A Contabilidade como ciência dedicada ao homem, no que concerne à satisfação das necessidades de seus empreendimentos, seguiu e segue a vocação evolutiva. (SÁ, 2006, p.7)

Cordeiro *et al* (2009) relatam que a regulamentação da profissão contábil no Brasil tem como marco o Código Comercial Brasileiro de 1850, e a partir daí passou por vários estágios até que em 1931, com o Decreto nº 21.033, estabeleceu condições e prazos para o registro de contadores e desde então a profissão contábil esteve indissolúvelmente ligada à preparação escolar.

2.1.9 Ensino de Contabilidade no Brasil

Desde a chegada da família real portuguesa o ensino de contabilidade no Brasil passou por profundas modificações, até a publicação da Resolução nº 03/92 que estabeleceu o currículo mínimo para o curso. Logo após, com base na Lei 9394/96, as IES foram convocadas pelo MEC a apresentarem propostas para as Diretrizes Curriculares dos Cursos Superiores. A Comissão de Especialistas de Ciências Contábeis apresentou o relatório final, referendado pelo Departamento de Política Superior da Secretaria de Ensino Superior do MEC em 12/04/1999.

Na formação de contabilistas, os cursos de Ciências Contábeis no Brasil organizam seus projetos pedagógicos observando a Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE/CES nº 10/2004, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais. Elas tratam das competências e habilidades desejadas ao formando e os conteúdos curriculares necessários para atender as necessidades e demandas dos estudantes, do mercado e da sociedade, com o objetivo de formar profissionais competentes.

Veiga (1998) esclarece que o Projeto Político Pedagógico é o documento institucional que contém as reflexões acerca das finalidades do curso, bem como a definição dos caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos no processo educativo.

As IES, ao elaborarem seus Projetos Pedagógicos para os Cursos conforme a Resolução CNE/CES nº 10/2004, em seu artigo 2º descrevem os seguintes aspectos: perfil profissional esperado para o formando, componentes curriculares, sistema de avaliação do estudante e do curso, estágio supervisionado, atividades complementares, trabalho de conclusão de curso, por opção institucional, e o regime acadêmico de oferta do curso.

2.1.10 Diretrizes Curriculares Nacionais

Conforme Edital SESu/MEC nº 4/1997:

Diretrizes Curriculares têm por objetivo servir de referência para as IES na organização de seus programas de formação, permitindo uma flexibilização na construção dos currículos plenos e privilegiando a indicação de áreas de conhecimento a serem consideradas, ao invés de estabelecer disciplinas e cargas horárias definidas (MEC, 1997, p.1) sem aspas

As Diretrizes Curriculares Nacionais preveem a formação que promova o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício profissional, ou seja, atitudes que diante da realidade possibilita que o contabilista ofereça respostas satisfatórias às situações da profissão contábil.

Consta no Art. 3º da Resolução CNE/CES 10, 2004 que o curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o futuro contabilista seja capacitado a:

- I - compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização;
- II - apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas; e
- III - revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação. (BRASIL, 2004).

O Conselho Federal de Contabilidade publicou a Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Ciências Contábeis, cujo objetivo é: “indicar as disciplinas e conteúdos que refletem as disposições atuais e que podem satisfazer as necessidades do profissional de contabilidade da era do conhecimento.”. Os conteúdos estão organizados em três eixos temáticos alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais: conteúdos de formação básica, de formação profissional, e de formação teórico-prática.

Nos termos previstos no Art. 5º das Diretrizes Curriculares Nacionais, os cursos de Ciências Contábeis devem contemplar, no seu projeto pedagógico e em sua organização curricular, conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro nacional e internacional, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e pelas peculiaridades das organizações governamentais (BRASIL, 2004).

2.1.11 Competências e Habilidades

Dada a necessidade de compreender o sentido da palavra competência tem-se a seguir o Quadro 1, com conceitos atribuídos ao termo, apresentados numa sequência temporal:

Autor	Conceito de Competência
Fleury e Fleury (2000)	Competência significa um saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos e habilidades que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo. (FLEURY; FLEURY,2000, p.188).
Zarifian (2001)	São atitudes diante da realidade e da vida social que poderão sustentar a animação de competências mais especificamente profissionais. Em outras palavras, o que o jovem adquire é mais um fundo de atitudes e de recursos que podem ser mobilizados do que competências que correspondem a situações precisas. (ZARIFIAN, 2001, p.175).
Antonello (2003)	Uma abordagem compatível com o atual ambiente econômico-social é aquela que considera a noção de competência como o resultado da mobilização de recursos (conhecimentos, habilidades e atitudes) para atuar numa determinada circunstância, numa determinada situação, a fim de atingir um desempenho esperado (ANTONELLO, 2003).
Godoy e Antonello (2009)	A partir das definições de competências têm sido articulados e desenvolvidos sistemas classificatórios para o conjunto das competências necessárias ao exercício profissional e daquelas tomadas como referência na organização dos currículos escolares dos cursos de graduação. (GODOY; ANTONELLO, 2009, p.161).
<i>International Federation of Accountants</i> (2010)	A competência é definida como a capacidade de desempenhar um papel obedecendo a um determinado padrão de referência. Para demonstrar a sua competência, um contador deve possuir o conhecimento e a qualificação profissional necessários, além de valores e atitudes éticas (IFAC, 2010, p.339).

Quadro 1: Conceito para o termo competência conforme autores citados

O IFAC prevê, ao definir o conceito de competência, que o desempenho do profissional obedece a um padrão de referência e elenca um conjunto de competências que faz menção aos requisitos que formam o contabilista, descritas no Quadro 2.

Competências	Descrição
Intelectuais	Contribuem para solucionar problemas, tomar decisões e julgar situações complexas, assim como estão relacionadas ao conhecimento e entendimento cognitivo.
Técnicas e Funcionais	Compreendem as habilidades gerais e específicas de contabilidade, assim como a matemática, estatística e conhecimento em tecnologia da informação.
Pessoais	Compreendem as atitudes e comportamentos do profissional contábil que proporcionam melhoria na sua aprendizagem pessoal e profissional, assim como o comportamento ético e o autoaprendizado.
Interpessoais e de Comunicação	Permitem que o profissional interaja com outras áreas de conhecimento, trabalhe em equipe, receba e transmita informações, forme julgamentos, tome decisões.
Organizacionais e de Gerenciamento de Negócio	São as habilidades relacionadas ao funcionamento da organização, planejamento estratégico e gestão de processo.
Conhecimentos	São as habilidades relacionadas aos conhecimentos específicos da contabilidade, como finanças e áreas afins, acerca dos negócios e das organizações e sobre a tecnologia da informação.

Quadro 2: Competências IFAC
Fonte: IFAC (2010)

O Art. 4º da Resolução CNE/CES 10, de 2004, descreve as competências e habilidades que devem ser adquiridas a partir do estudo dos conteúdos previstos no currículo dos cursos de educação superior em Ciências Contábeis, colocando que tais profissionais devem, pelo menos:

- I - utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;
- II - demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- III - elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- IV - aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;

V - desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;

VI - exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante à sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;

VII - desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;

VIII - exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais. (BRASIL, 2004).

No âmbito nacional, para qualificação formal das competências e habilidades esperadas de um contabilista, o parâmetro de referência observado pelas IES está contido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Ciências Contábeis, que ao relacionar quais são as competência e habilidades do futuro contabilista elenca o conjunto de características que deve ser evidente na atuação profissional.

O Quadro 3 relaciona as competências nacionais e as internacionais previstas na formação do perfil profissional do contabilista. Nota-se que há correspondência entre ambas.

Resolução CNE/CES 10 (2004)	IFAC (2010)
I - utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;	Técnicas e Funcionais
II - demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;	Intelectuais
III - elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;	Técnicas e Funcionais
IV - aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;	Técnicas e Funcionais
V - desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação	Interpessoais e de Comunicação

de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;	
VI - exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante a sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;	Conhecimentos
VII - desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítica analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;	Organizacionais e de Gerenciamento de Negócio
VIII - exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.	Pessoais

Quadro 3: Comparativo de Competências.

2.2 Desenvolvimento e Educação

Ao iniciar uma reflexão a respeito de desenvolvimento é importante compreender que essa palavra tem significado amplo, multidimensional, não restrito apenas às questões econômicas. O termo exige considerações, porque além do aspecto econômico, é necessário incluir também os aspectos políticos, sociais e ambientais que envolvem as pessoas. Tais aspectos, trabalhados conjuntamente, promovem qualidade de vida aos indivíduos, o que representa o objetivo do desenvolvimento.

Segundo Furtado (2004), o desenvolvimento econômico é um meio essencial para o desenvolvimento humano. Para Sandroni (1994), desenvolvimento econômico é aquele acompanhado de melhoria da qualidade de vida das pessoas: são as

alterações que ocorrem na estrutura social e econômica que possibilitam melhores condições para distribuição das riquezas produzidas.

Crescimento econômico significa o aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica, conforme o dicionário de economia.

O desenvolvimento econômico supera o crescimento econômico, já que este considera tão somente o volume de riqueza produzido por determinada população, sem considerar sua forma de distribuição ou sua aplicação em benefício da sociedade que o produziu.

As palavras crescimento e desenvolvimento pressupõem, respectivamente, crescer, que significa obter mais da mesma coisa, o aumento da matéria inicial, e desenvolvimento, que pressupõe a transformação da matéria inicial em algo novo, melhor.

Sen (1999) afirma que o crescimento econômico significa ter mais posses, e O desenvolvimento econômico está relacionado à maneira como as posses são geridas em benefício da coletividade.

O desenvolvimento econômico depende do crescimento econômico, já que a programação de projetos socialmente valiosos precisa de recursos para viabilizá-los. Assim, é notável que crescimento econômico não seja sinônimo de desenvolvimento econômico.

Lewis (1960) reforça que o crescimento econômico é importante para o alcance do desenvolvimento, pois permite maior liberdade de o indivíduo escolher qual a melhor forma de aproveitar seu tempo e fazer escolhas, como usar mais tempo para lazer ou para adquirir mais bens e serviços.

Vieira e Santos (2009) consideram que na abordagem Marxista o ponto central que dá suporte à teoria do desenvolvimento econômico está no conceito de mais-valia. No sistema econômico válido na atualidade, o capitalismo, os autores colocam que a lógica capitalista prioriza a maximização dos lucros.

Em conformidade com as colocações dos autores, a mais valia decorre da exploração do trabalho pelo emprego do capital, que por sua vez multiplica o capital e assim ocorre a perenidade do sistema capitalista, modo pelo qual o capitalista se apropria da renda do trabalhador que favorece a acumulação dos meios de produção, criando um círculo permanente em decorrência da acumulação primitiva e também da concentração econômica.

A acumulação primitiva de riqueza criou uma classe de trabalhadores que apenas possuía uma mercadoria para vender: sua força de trabalho. O que os trabalhadores produziam era controlado pelos capitalistas por conta do domínio do capital sobre um número cada vez maior de assalariados. Para os capitalistas, os salários pagos aos trabalhadores nada mais eram do que outras despesas no processo de produção, como matéria-prima e as máquinas utilizadas no processo de produção que, contabilizados, determinavam o lucro do capitalista. O trabalhador vendia a sua mercadoria conforme o interesse do comprador. Com isso, há uma degradação total da classe operária, transformando-a em uma mercadoria alienada do processo de produção, e possibilitando cada vez mais a concentração crescente de capital e da miséria do trabalhador. (VIEIRA; SANTOS, 2009, p. 9)

Nessa perspectiva, o conceito de desenvolvimento econômico está associado ao crescimento econômico, já que para que haja bem-estar para a coletividade é preciso localizar os recursos financeiros promotores desse bem-estar. Conforme Furtado (1988), no campo da economia a promessa de bem-estar futuro está alicerçada na ideia de acumulação de riqueza.

O desenvolvimento calcado apenas no crescimento econômico não explica, contudo, a sua totalidade. É necessário, então, considerar a sua dimensão política, e nessa dimensão, como Santos *et al* (2012), o desenvolvimento pode ser analisado com base em três perspectivas: a) desenvolvimento como produto do mundo ocidental; b) desenvolvimento como mecanismo de cooptação política do capitalismo e do socialismo; e c) desenvolvimento como orientação teórica.

Na perspectiva de desenvolvimento como produto do mundo ocidental está a ideia de divisão do mundo em duas partes: Oriente e Ocidente. Nesse contexto, Santos *et al* (2012) expõem que o mundo ocidental com a utopia de sociedade capaz de garantir o crescimento da produção, do consumo, e da renda, serve como modelo para as regiões menos avançadas, como África, Ásia e América Latina.

No período histórico da Guerra Fria o mundo encontrava-se dividido entre a proposta do liberalismo moderno, cujos princípios eram centrados na individualidade, na propriedade privada, na social democracia, e no Estado-Providor, e no pensamento de Marx, que pregava a coletivização, a propriedade estatal, a justiça social e o Estado-Centralizado.

Assim, da perspectiva de desenvolvimento como mecanismo de cooptação política e da disputa entre as ideologias de capitalismo e socialismo surgiu a dimensão social do desenvolvimento. Já na perspectiva de desenvolvimento como

orientação teórica o conceito de desenvolvimento passa por três orientações: teoria da modernização; teoria da dependência; e pensamento pós-estruturalista.

Afirmações de Santos *et al* (2012) dão conta de que independente da categoria de análise, na dimensão política o mundo ocidental trabalha com o conceito de desenvolvimento como ideologia e utopia, relacionando-o a um sistema de crenças orgânicas que classificam os povos, sociedades e regiões por instituições constituídas, como: Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização das Nações Unidas, e Organização Mundial do Comércio.

A dimensão social do desenvolvimento trata os benefícios do crescimento econômico como apoio na ampliação das escolhas e oportunidades do indivíduo, e cria a possibilidade de dignidade na vida atual e no futuro, considerando aspectos como longevidade, saúde, e acesso a recursos necessários à manutenção do bem-estar.

Por fim, a dimensão ambiental do desenvolvimento considera a necessidade de preservação do ambiente de onde são extraídos os recursos naturais necessários ao crescimento econômico. O conceito de desenvolvimento, incluindo a dimensão ambiental, está previsto no relatório de Brundtland (1987), que aborda o desenvolvimento sustentável como aquele que responde às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades.

O significado de desenvolvimento, na visão multidimensional, coloca no centro da discussão o homem, com todas as suas necessidades, pretendendo viver com dignidade e qualidade de vida. O termo qualidade de vida também requer cuidado e atenção ao ser analisado, pois carrega em si questões como o estado de saúde, que aqui não pode ser entendido apenas como a ausência de doença, mas sim como o estado que considere saúde na dimensão física, psicológica, social, econômica e espiritual.

Consoante Minayo *et al* (2000), qualidade de vida é uma noção eminentemente humana, e tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. No processo de desenvolvimento promotor da qualidade de vida está a educação como componente que contribui para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, já que é importante fator de desenvolvimento humano, tanto em seu aspecto econômico, quanto social.

Segundo Delors (2003), a educação tem como objetivo essencial o desenvolvimento do ser humano na sua dimensão social, enfatizando que a educação consiste em dotar a humanidade da capacidade de dominar o seu próprio desenvolvimento.

O relatório do PNUD (2009/2010) explicita que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), bem como o Plano Nacional de Educação (PNE), entendem a educação como parte do processo que forma o ser humano para a convivência, e ainda cita o Art. 205 do PNE onde consta que a Educação é requisito para o exercício da plena cidadania, para o desenvolvimento humano e para a melhoria da qualidade de vida da população.

Delors (2003) enfatiza que o ensino superior é um dos motores do desenvolvimento econômico. É, ao mesmo tempo, depositário e criador de conhecimento. Será cada vez mais importante, pois os recursos cognitivos, como fatores de desenvolvimento tornam-se mais importantes do que os recursos materiais. O autor cita, ainda, que pelo progresso tecnológico e inovação o mercado exigirá cada vez mais profissionais competentes, habilitados, com estudos de nível superior.

A conquista pelo direito universal de acesso à educação no Brasil é algo recente, garantido pela LDB/Nº 9394/96. Isso demonstra que ainda é necessário continuar lutando para que essa garantia se concretize na prática. As instituições de ensino superior, conforme Delors (2001), tem a responsabilidade e o importante papel de elevar os níveis de desenvolvimento do País.

Rolim e Serra (2009) destacam que o papel das universidades no desenvolvimento regional vem recebendo crescente atenção como elemento chave no processo, especialmente no quesito inovação, pois para que haja ambiente favorável à inovação o sistema de aprendizado é fundamental, por ser o ponto de partida para a inovação.

Inovação significa mudança na capacitação de uma pessoa ou de uma organização, numa perspectiva de processo de interação entre o que o indivíduo sabe sobre determinada situação e o que ele percebe como novo nessa situação. Fávero (2003) inclui que a universidade como instituição deve dedicar-se a:

promover o avanço do saber e do saber fazer; o espaço da invenção, da descoberta, da teoria, de novos processos; lugar da pesquisa, onde se buscam novos conhecimentos, sem a preocupação com sua

aplicação imediata; o lugar da inovação, mas também o âmbito da socialização do saber, na medida em que divulga conhecimentos e torna-os acessíveis às camadas menos favorecidas. (FÁVERO, 2003, p.180)

Rolim e Serra (2009) enfatizam que as instituições públicas de ensino superior contribuem para além da educação, já que também são agentes que participam do desenvolvimento cultural, social e ambiental. Anísio Teixeira (1998) afirma:

A função da universidade é uma única e exclusiva. Não se trata somente de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. Não se trata somente de conservar a experiência humana. O livro também a conserva. Não se trata, somente, de preparar práticos ou profissionais, de ofícios ou artes. A aprendizagem direta os prepara, ou, em último caso, escolas mais singelas do que as universidades. Trata-se de manter uma atmosfera de saber para se preparar o homem que o serve e o desenvolve. Trata-se de conservar o saber vivo e não morto, nos livros ou no empirismo das práticas não intelectualizadas. Trata-se de formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada, para que a mesma se torne consciente e progressiva. (TEIXEIRA, 1998, p.35)

Fávero (2003) confirma, dizendo que a universidade além de ser instância de produção de conhecimento, de cultura e de tecnologia, seria também a instituição onde pessoas, cidadãos e profissionais receberiam a formação desejada.

2.3 Fundações Educacionais

No Brasil, conforme Ferreira (2004), as Fundações se inspiraram nas ações de caridade e solidariedade das ordens religiosas que aqui se instalaram. Assis (2008) expõe que o primeiro esboço de uma fundação no Brasil data de 1.738, quando Romão de Matos Duarte, solteiro milionário, achou por bem separar parte de sua herança para a criação da Fundação Romão de Matos Duarte, que existe até hoje.

Conforme Paes “Fundação é, na verdade, um instrumento por meio do qual pode o ser humano, como pessoa física ou jurídica, transmitir à sociedade atual e sucessivas gerações seus ideais e convicções e seguir atuando como vivo depois de morto” (PAES, 2006, p. 193).

As Fundações são instituições que surgem com propósito específico. Geralmente nascem pelo espírito de solidariedade, para atender a certas demandas de pessoas ou grupo de pessoas carentes. Assis (2008, p. 13) coloca que “a origem das Fundações é explicada pelo espírito de solidariedade, atributo do ser humano, dirigido a uma busca de meios ou formas de auxílio às pessoas necessitadas”.

Ferreira (2004) menciona que o modelo de Fundação surgiu da necessidade humana de ajuda mútua. A humanidade, mesmo antes de Cristo, já realizava doações em favor dos menos favorecidos, demonstrando espírito de solidariedade.

Historiadores citam a doação da Biblioteca de Alexandria pelos Ptolomeus como um dos primeiros casos de deslocamento de patrimônio de seus titulares com fins altruísticos...Na Roma antiga, sob a influência da Grécia, as Fundações floresceram por razões humanitárias, com finalidades variadas, desde o culto funerário, assistência aos enfermos, às viúvas, até a distribuição de alimentos (FERREIRA, 2004, p. 2).

O autor cita que as fundações são pessoas jurídicas responsáveis por um patrimônio que se destina a alguma finalidade social por vontade do seu doador. É um conjunto de bens que por ordem legal age no mundo jurídico, realizando as finalidades para as quais foi constituída pelo seu idealizador.

O substrato natural da fundação advém de sua configuração como um patrimônio com finalidade estipulada, representado pela ideia ou pela afetação patrimonial que as caracteriza, diferentemente das sociedades e das associações, cujo substrato é a vontade das pessoas. O acervo de bens que as integra desprende-se da vontade criadora para cumprir sua destinação de forma absolutamente autônoma, cuja atuação se dá através de seus órgãos com poder de deliberação (FERREIRA, 2004, p. 4).

As Fundações educacionais, para Morato e Bittar (2003, p.144), são pessoas jurídicas, formadas por ato volitivo do instituidor, seja por escritura pública ou testamento, e sendo pública por Lei, mediante a destinação de um patrimônio voltado à promoção do ensino, da pesquisa e da difusão do conhecimento.

Tais instituições estão fundamentadas pela Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961:

Art. 21 - O ensino, em todos os graus, pode ser ministrado em escolas públicas, mantidas por fundações cujo patrimônio e dotações sejam provenientes do Poder Público, ficando o pessoal que nelas servir sujeito, exclusivamente, às leis trabalhistas.

§ 1º - Estas escolas, quando de ensino médio ou superior, podem cobrar anuidades, ficando sempre sujeitas a prestações de contas,

perante o Tribunal de Contas e à aplicação em melhoramentos escolares, de qualquer saldo verificado em seu balanço anual.

Art. 86 - Os estabelecimentos isolados, constituídos sob a forma de fundações, terão um conselho de curadores, com as funções de aprovar o orçamento anual, fiscalizar a sua execução e autorizar os atos do diretor não previstos no regulamento do estabelecimento.

Uma Fundação de Educação Superior, que nasce da vontade dos seus cidadãos, tem relevante papel social. Rolim e Serra (2009) consideram que essas instituições são elementos fundamentais para o desenvolvimento das regiões, na medida em que operacionalizam um sistema de aprendizado, quesito de fundamental importância para favorecer a inovação e o desenvolvimento regional.

3 MÉTODO

Consoante Marconi e Lakatos (2009), o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que permite alcançar o objetivo, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

A metodologia adotada nesta pesquisa é baseada no trabalho realizado por Godoy e Antonello (2009), que optou pelo estudo de caso. Nesta pesquisa também foi adotado o estudo de caso. Godoy e Antonello (2009) explicam que:

A opção pelo estudo de caso se justifica em função da crença de que este tipo de pesquisa, direcionada fundamentalmente para a descoberta, *insights* e compreensão do fenômeno pesquisado, pode trazer significativas contribuições tanto em nível teórico quanto em nível da prática profissional. (GODOY, ANTONELLO, 2009, p.168)

O estudo de caso é uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisas que coletam e registram dados de um caso particular ou de vários casos, a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avaliá-la de forma analítica. Esses estudos podem resultar em decisões que podem gerar ações de transformação (CHIZZOTTI,1991).

O método do estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que focaliza a compreensão da dinâmica presente em um único ambiente (EISENHARDT, 1991). No caso do presente estudo optou-se por multicaso, com quatro instituições municipais do Estado de Goiás, que oferecem o curso de graduação em Ciências Contábeis.

3.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa é básica, exploratória e descritiva, com abordagens qualitativa e quantitativa. Conforme Chizzotti (1991), a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito.

O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito observador é parte integrante do processo de

conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro, pois está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 1991).

Segundo Berthoud (1999, *apud* TADEUCCI 2002), a pesquisa qualitativa dispensa os números e as generalizações, já que utiliza como instrumento de análise as palavras e suas representações, procurando consistência, aplicação, e a transferência dos resultados obtidos.

Esse tipo de pesquisa considera a subjetividade, tanto do pesquisador quanto do pesquisado, dando importância ao contexto e ao conteúdo da pesquisa. A pesquisa qualitativa pode resultar no “despertar de uma compreensão, provocar paixões e modelar uma prática reflexiva e revolucionária” (TEMPLETON, 1994 p.16).

Segundo Boudon (1973, *apud* Carvalho 2000, citado por TADEUCCI, 2002), os métodos quantitativos podem ser aplicados quando houver a possibilidade de observar elementos comparáveis.

A pesquisa, quanto ao seu objetivo, pode ser descritiva, exploratória ou ambas. Cervo e Bervian (2002, p. 69) definem que “os estudos exploratórios não elaboram hipóteses a serem testadas no trabalho, restringindo-se a definir objetivos e buscar maiores informações sobre determinado assunto de estudo”. (CERVO, BERVIAN, 2002, p.69).

Em conformidade com Marconi e Lakatos (2009, p.176), o levantamento de dados “é feito de duas maneiras: pesquisa documental (ou fontes primárias) e pesquisa bibliográfica (ou fontes secundárias”. Segundo os autores:

a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos , escritos ou não. [...] A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses. (MARCONI, LAKATOS, 2009, pp. 176/185)

3.2 População e amostra

O curso de Ciências Contábeis está alocado na área de conhecimento Administração, que conforme tabela do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) é composta pelos cursos de Administração de Empresas, Administração Pública, Administração de Setores Específicos e Ciências Contábeis.

No Brasil são ofertados 37.759 cursos no ensino superior, sendo 4.082 cursos ligados à área do conhecimento Administração, que representa 10,81% da oferta de cursos no ensino superior no País.

Conforme dados levantados em agosto 2013, no cadastro virtual mantido pelo Ministério da Educação, o chamado cadastro e-MEC, o Brasil oferece 1.297 cursos de Ciências Contábeis, o que representa 31,77% dos cursos da área de conhecimento à qual pertence.

A região Centro-Oeste do País, formada pelos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, ofertam 212 cursos de Ciências Contábeis, que equivalem a 16,35% da oferta de tais cursos no território nacional. O estado de Goiás lidera a região Centro – Oeste, com 65 cursos em atividade, representando 30,66% do total de cursos ofertados nessa Região.

Vergara (2003) expõe que a população pode ser entendida como um conjunto de elementos que apresentam as mesmas características e que será objeto de estudo. O presente trabalho realiza um estudo de caso, utilizando como amostra as fundações municipais do estado brasileiro de Goiás, responsáveis pela oferta de quatro cursos de Ciências Contábeis nesse território, o que equivale a 1% dos cursos ofertados no Estado. Os sujeitos da pesquisa cursam os últimos períodos dos cursos citados, que têm 120 estudantes matriculados.

A Fórmula 1 representa o cálculo amostral com suas respectivas variáveis:

$$n = \frac{O^2 * p * q * N}{e^2 * (N - 1) + p * q * O^2}$$

Fórmula 1: Cálculo Amostral

Onde:

N → Universo de pesquisa a ser verificado

O → Precisão (68% usar 1; 95% usar 2; 99% usar 3)

p, q → Correspondem a 100% do universo de pesquisa (usar 50% e 50%)

e → Margem de erro em porcentagem

n → Resultado.

O Quadro 4 evidencia o cálculo amostral demonstrando que para obter resultado com precisão de 99%, com margem de erro de 1,1%, é necessário que 73,17 estudantes participem da pesquisa.

	Amostra (N)	Precisão (O)			Margem de Erro (e)	Total do Universo (p e q)		RESULTADO
		68%	95%	99%		Usar 50% e 50%		
		1	2	3		P	Q	
Pesquisa	120	3			1,1	5	5	73,17

Quadro 4: Cálculo Amostral

3.3 Instrumento(s)

A coleta dos dados foi realizada por meio de entrevista e questionário, baseados no instrumento utilizado por Godoy e Antonello em 2009. O questionário é composto por um conjunto de questões, pré-elaboradas, organizadas de forma sistemática e sequencial, dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa, com o objetivo de obter das pessoas que prestam informações respostas por escrito ou verbal acerca do tema sobre o qual os informantes saibam opinar (CHIZZOTTI, 1991).

Conforme Mucchielli (1979) e Patten (2001 *apud* TADEUCCI 2002) para verificar atitudes e opiniões de grupos ou comunidades, em pesquisa social, o questionário é prático e pode ser autoaplicável ou realizado com a presença de entrevistadores.

O instrumento de Godoy e Antonello (2009) tem três partes: a primeira é composta de perguntas que caracterizam o respondente; a segunda é composta de 27 questões que estão classificadas pela escala Likert com seis alternativas possíveis para resposta, a saber: discordo totalmente, discordo muito, discordo pouco, concordo pouco, concordo muito e concordo totalmente.

Por fim, a terceira parte apresenta cinco perguntas abertas relacionadas às contribuições do curso segundo a percepção dos estudantes; indicação das disciplinas que contribuíram mais e menos; opinião sobre o estágio; e avaliação do aluno quanto à qualidade do curso.

O instrumento de coleta de dados desta dissertação foi organizado em três partes, conforme o modelo citado. A primeira parte caracteriza o respondente, a segunda é composta por oito perguntas, baseadas no Art. 4º da Resolução CNE/CES 10, 2004 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Ciências Contábeis, classificadas por uma escala Likert com seis

alternativas possíveis para resposta, conforme o instrumento de Godoy e Antonello (2009).

A terceira parte apresenta seis perguntas abertas que revelam a percepção do estudante quanto à sua passagem pelo curso de graduação, a instituição, o conjunto de disciplinas que contribuíram mais e menos na formação do seu perfil profissional, o estágio, e a avaliação de qualidade do curso.

3.4 Coleta de Dados: procedimento

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté em reunião no dia 14 de março do corrente ano. Na coleta de dados foram realizadas visitas, agendadas por contato telefônico com os dirigentes, às quatro Fundações Municipais do Estado de Goiás.

As visitas foram feitas no período de 20 a 30 de março de 2014, quando a pesquisadora adentrou as salas de aula na companhia dos coordenadores do curso ou outra pessoa sob sua delegação e abordou os estudantes que se encontravam no recinto, apresentando a pesquisa, seus objetivos, solicitando cooperação e deixando-os livres para participar ou não.

A amostra foi selecionada por intencionalidade, quando foram escolhidas as turmas participantes, e conveniência, pois dentre os estudantes presentes, foi trabalhado apenas com aqueles que concordaram com a participação.

Do universo de 120 estudantes 74 fizeram parte do estudo, e com esse número de participantes, segundo o cálculo da amostra, trabalha-se com 99% de precisão e margem de erro de 1,1%.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Etapa Documental

4.1.1 Estado de Goiás

Conforme dados obtidos na Secretaria de Planejamento, o estado de Goiás possui 246 municípios. Sua extensão territorial é de 340.086,698 km², com população de 6.080.588 habitantes, e localiza-se na região Centro-Oeste. É o 7º Estado do País em extensão territorial e em número de municípios; o 12º em termos de população nacional e o mais populoso da região Centro-Oeste.

Quanto à produtividade, Goiás destaca-se na agropecuária nacional. Na produção agrícola destaca-se na cultura do algodão, cana de açúcar, feijão e soja. Na pecuária ocupa o 4º lugar em rebanho, abate de bovinos e produção leiteira. É o 6º no rebanho e abate de suínos, bem como 6º em rebanho e abate avícola.

Na indústria é o 8º estado com maior participação no total do valor adicionado nacional. Segundo dado do IBGE, foi o 2º Estado com maior crescimento na produção física industrial, e conforme Companhia Nacional de Abastecimento é o 2º maior produtor de etanol e o 5º maior produtor de cana de açúcar.

Em Serviços, Goiás é o 10º colocado com 2,36% de participação no PIB. Na área social, é o 13º em saneamento adequado, bem como em serviço de rede coletora de esgotamento sanitário e/ou pluvial. Quanto à população, 46,5% vive com saneamento inadequado e ganham até ½ salário mínimo *per capita*.

No serviço de coleta de lixo o Estado é 9º colocado. Na educação, apesar da melhora, é o 8º colocado em taxa de analfabetos de pessoas com 10 anos ou mais (7,32%). Dos alfabetizados, 28,32% ganham até um salário mínimo e 49,4% até dois salários mínimos.

4.1.2 Fundações Municipais do Estado de Goiás

As teorias do desenvolvimento regional têm sua base calcada na ideia da melhoria da qualidade de vida das pessoas. Uma das dimensões do

desenvolvimento, a dimensão social, remete à educação como componente que contribui para o desenvolvimento humano.

Como estratégia de desenvolvimento foram fundadas, em Goiás, quatro instituições educacionais municipais de ensino superior para ofertarem oportunidade de acesso à educação de nível superior aos seus munícipes, o que até mesmo nos dias atuais é privilégio da minoria dos brasileiros.

Essas instituições foram criadas por Lei, promulgada pelo Poder Público Municipal, por isso são consideradas públicas, sobrevivem dos recursos destinados de seus municípios e da cobrança de mensalidades. Não têm finalidade lucrativa e surgiram para ofertar educação superior em suas respectivas localidades.

O artigo 213 da Constituição Federal de 1988 garante a legalidade dos recursos públicos destinados ao ensino superior para instituições dessa natureza.

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio à outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público no caso de encerramento de suas atividades.

§ 2º - As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público.

As Fundações Municipais de ensino superior compõem o sistema de ensino estadual, conforme destaca o artigo 17 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal compreendem:

I - As instituições de ensino mantidas, respectivamente, pelo Poder Público estadual e pelo Distrito Federal:

II - As instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público Municipal;

III - as instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada;

IV - os órgãos de educação estaduais e do Distrito Federal, respectivamente.

Elas foram constituídas por seus respectivos municípios como Fundações Educacionais, a saber: Fundação Municipal de Ensino Superior de Rio Verde (FESURV), Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior (FIMES), Fundação de Ensino Superior de Goiatuba (FESG) e Fundação Educacional de Anicuns (FEA).

As quatro instituições oferecem o Curso de Ciências Contábeis, responsável por formar profissionais capazes de organizar arquivos-base que tratam do patrimônio das pessoas físicas e jurídicas, com ou sem fins lucrativos.

Conforme Furtado (1988), no campo da economia a promessa de bem-estar futuro está alicerçada na ideia de acumulação de riqueza. Logo, esse curso contribui para o desenvolvimento regional ao formar mão de obra que auxilie as pessoas físicas, empresas e governo com informações relativas à dinâmica produtiva geradora de riqueza.

4.1.3 Fundação de Ensino Superior de Rio Verde - FESURV

Conforme consta no Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Rio Verde, a Fundação de Ensino Superior de Rio Verde é atualmente mantenedora da Universidade, e o Curso encontra-se inserido na Faculdade de Ciências Contábeis.

A Fundação de Ensino Superior de Rio Verde foi criada pela Lei Municipal nº 1.313, de 15 de abril de 1974. É uma entidade autônoma de direito público, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, autonomia administrativa e financeira, exercida na forma de Estatuto próprio e da legislação em vigor, tendo por finalidade criar e manter Unidades de Ensino Superior para a formação de profissionais de nível equivalente, e para o desenvolvimento de pesquisas filosóficas, educacionais, científicas, tecnológicas e artísticas na região onde desenvolve suas atividades.

O Curso de Ciências Contábeis, hoje vinculado à Faculdade de Ciências Contábeis, foi autorizado pela Resolução nº 305 do Conselho Estadual de Educação de 22 de dezembro de 1983 e pelo Decreto Presidencial nº 89.550, de 11 de abril de 1.984, tendo início no primeiro semestre de 1.984. Seu reconhecimento deu-se em 3 de setembro de 1.992 pela Portaria Ministerial nº 1.272.

Com a criação da Universidade de Rio Verde foi criada a Faculdade de Ciências Contábeis, pela Portaria nº 145/2004 da Reitoria FESURV, de 2 de julho de 2004. A referida Faculdade mantém o curso de Ciências Contábeis, bacharelado, devidamente reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação, com regime seriado semestral e carga horária total de 3.485 horas/aulas, distribuídas em quatro anos,

sendo: 2.805 formadas de disciplina de perfeição, 136 horas para orientação e elaboração do trabalho de conclusão de curso, e atividades complementares com 544 horas.

No ano de 2009 a matriz curricular da Faculdade de Ciências Contábeis foi reformulada obedecendo às exigências legais contidas no Parecer nº 30/2009 do Conselho Estadual de Educação, e alterações impostas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, implantadas a partir do 1º semestre de 2010.

4.1.4 Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior - FIMES

A Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior – FIMES, localizada em Mineiros, na região Sudoeste do estado de Goiás, foi criada em 11 de março de 1985 com a aprovação da Lei Municipal nº 278, como instituição pública de direito público.

Conforme Assis (2008), a Fundação é administrada pelo Conselho Superior e por uma Diretoria Executiva. O Conselho Superior é composto por 19 membros, com mandato de quatro anos que atuam sem remuneração, representando a comunidade civil organizada de Mineiros.

Assis (2008) descreve a composição dos membros efetivos natos do Conselho Superior da FIMES:

O prefeito municipal de Mineiros; o presidente da Associação de Produtores de Grãos de Mineiros; o presidente da Associação dos Servidores Públicos da fundação; o presidentes do Centro Acadêmico; o representante dos professores da FIMES; o presidente do Sindicato Rural de Mineiros; o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mineiros; o presidente da Cooperativa Mista do Vale do Araguaia; o diretor geral da Diretoria Executiva da fundação; o presidente da Associação Comercial e Industrial de Mineiros; o secretário de Educação Municipal; o presidente da Câmara Municipal; o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, subseção de Mineiros; o subsecretário Regional de Ensino; e o presidente da Academia Mineirense de Letras. Os membros efetivos, por sua vez, elegem 04 membros oriundos da comunidade local dentre pessoas de reconhecida projeção nos meios científico, cultural, educacional, administrativo ou político. (ASSIS, 2008, p.37).

A FIMES mantém o Centro Universitário de Mineiros, instituição de ensino superior municipal, pluricurricular. O Centro foi criado pela Lei Municipal nº 1.495, de

14 de dezembro 2010, e credenciado pelo Decreto Estadual nº 7.333, de 13 de maio de 2011.

A missão da UNIFIMES é promover a construção do conhecimento por meio de práticas educacionais e culturais voltadas à formação humana, científica e tecnológica, centradas em ações de ensino, pesquisa e extensão comprometidas com as necessidades do desenvolvimento regional e nacional. Atualmente a FIMES possui dois *campi*: um localizado na zona urbana, com 3.729,55 m², e outro na zona rural, com 2.206,05 m², de área construída, respectivamente.

A Lei nº 278/85, que instituiu a FIMES, assegura no seu artigo 2º que “A Fundação ora instituída é de Direito Público, nos termos previstos na Lei Federal nº 5.540, de 28 de novembro de 1968”. Em seu artigo 5º, “define que o município contribuirá com um percentual de 5% do seu orçamento municipal, no ano de 1986, e com 3% a partir de 1987 para a manutenção da Fundação”.

No artigo 7º acrescenta que “além dos recursos previstos, as receitas da fundação serão constituídas por mensalidades escolares, contribuições escolares, prestações de serviços e por comercialização de bens, e outras” (ASSIS, 2008).

Conforme Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis da UNIFIMES, o funcionamento do Curso de Bacharel em Ciências Contábeis foi autorizado pelo processo nº 19762780/2001, Parecer CEE nº 118/2003 e do Despacho Pres. nº 10/2003. As atividades letivas começaram no dia 25 de fevereiro de 2002, com 40 alunos, e naquela época a IES encontrava-se credenciada como Faculdade Isolada.

Atualmente o curso funciona em regime seriado semestral, com 30 alunos por semestre, no turno noturno, e a carga horária total vigente é de 3.000 horas. Está ligado às Unidades Básica das Humanidades, observando as segregações das áreas de conhecimento em conformidade com as propostas da CAPES, conforme consta em ata do CONSPL (Conselho Pleno) de número 63 do dia 09/05/2011.

4.1.5 Fundação de Ensino Superior de Goiatuba - FESG

A Fundação de Ensino Superior de Goiatuba - FESG, localizada em Goiatuba, na Mesorregião Sul do estado de Goiás, é uma Instituição sem fins lucrativos, criada pela Lei Municipal nº. 788, de 07 de agosto de 1985, com

personalidade jurídica de direito público. Tem autonomia jurídica e todo e qualquer ato é feito pelo seu Presidente.

A FESG é mantenedora da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Goiatuba – FAFICH, instituição de ensino Superior Pública, criada pelo Decreto Federal nº 96.776, de 27 de setembro de 1988, com Estatuto Social inscrito no Registro de Pessoas Jurídicas do Cartório do 2º ofício, sob o nº 28 de ordem do registro, domicílio e foro na cidade de Goiatuba (GO).

O manual do candidato ao vestibular 2013 enfatiza que:

A partir de 1988 a FAFICH desempenha um importante papel na região na formação de profissionais altamente competentes e qualificados no campo das Ciências Gerenciais e Educação. Ao longo dos anos a FAFICH ampliou a oferta de vagas através da reestruturação dos cursos existentes. (FAFICH,2013, p.3).

O Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis, oferecido pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Goiatuba, está em consonância com os princípios fundamentais de Contabilidade aprovados pela Resolução CFC nº 750/93, de 29 de dezembro de 1993, e atende as diretrizes Curriculares Nacionais, conforme Resolução CNE/CES nº 10, de 16/12/2004.

Desde sua implantação (2001) o curso tem procurado adequar sua estrutura curricular às constantes e aceleradas mudanças, principalmente na economia e administração. Por isso a necessidade de uma nova matriz para 2013, com currículo melhor estruturado, possibilitando ao egresso alcançar uma postura crítica e gerencial frente ao contexto socioeconômico.

4.1.6 Fundação Educacional de Anicuns - FEA

Dados obtidos na página oficial da instituição na rede mundial de computadores apontam que a Faculdade de Anicuns foi autorizada pela Resolução nº 124/CEE, de 06 de maio de 1985. Anicuns está localizada na região oeste do estado de Goiás, a 79 Km da capital, Goiânia. Para manutenção dos serviços educacionais, a Faculdade de Anicuns (FEA) conta com doações, convênios, parcerias e recebimento de mensalidades escolares.

Tem como parceiras a Prefeitura de Anicuns, a Secretaria Municipal de Educação, Agência Rural de Anicuns, a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás (SECTEC), o Banco do Brasil, e a usina Anicuns S/A – Álcool e Derivados.

4.2 Pesquisa de Campo

4.2.1 Caracterização dos Entrevistados

Na análise dos questionários respondidos pelos estudantes dos últimos períodos do curso de Ciências Contábeis das quatro fundações municipais do estado de Goiás, por meio do programa SPSS 17.0, foram criadas tabelas no Word para facilitar a compreensão dos dados coletados.

Quanto ao gênero, a pesquisa revelou que 40,5% dos alunos são homens e 59,5% mulheres. Esse resultado confirma as colocações de Ferraro (2009), que cita, em seu artigo, estudos da UNESCO que revelam a tendência de a mulher buscar maior escolarização do que o homem.

No início do século XX, mais precisamente na década de 20, a taxa de analfabetismo das mulheres era de 15 anos ou mais, quando comparada à dos homens. Essa situação deu sinais de reversão na década de 1950, quando houve equiparação entre homens e mulheres na faixa de 10 a 14 anos.

Dados do Censo de 1960 demonstram que na faixa de 15 a 19 anos as mulheres já representavam a maioria, o que se confirma também na década de 1970. Já na década de 1990 representam a maioria no grupo de 20 a 24 anos, e em 1991 atingem a maioria, também no grupo de 30 a 34 anos. No século XXI a alfabetização é maior entre as mulheres e vai dos 10 aos 44 anos, conforme demonstra o Censo de 2000.

Consoante Ferraro (2009), os meninos são as principais vítimas do trabalho infantil extradoméstico. As mulheres, por sua vez, necessitam estudar por mais tempo para concorrer com o homem no mercado de trabalho, adaptando-se à cultura autoritária da escola, fatores que contribuem para esse fenômeno.

A pesquisa realizada nos Cursos de Ciências Contábeis das fundações municipais de Goiás confirma as colocações de Ferraro (2009), pois do total de respondentes 59,50% são mulheres, conforme mostra a Tabela 1.

Davidson e Dalby (1993, *apud* Leal *et al* 2012) consideram que na década 1960 a participação feminina na Contabilidade era incipiente, praticamente não havia mulheres contabilistas, já que essa profissão era essencialmente masculina. Atualmente o número de mulheres que entram para a área contábil é crescente, o que foi constado neste estudo.

Leal *et al* (2012) indicam que em 1991 o percentual de estudantes do gênero feminino no curso de Ciências Contábeis era, aproximadamente, 44%. Em 2004, esse número atingiu 50%, e em 2008 alcançou 53%, evidenciando uma inversão no gênero predominante nesse curso.

A Tabela 1 mostra que essa tendência está em sintonia com os demais cursos, pois, de acordo com o Censo Nacional da Educação Superior de 2008 (BRASIL, 2008), o gênero feminino já ocupava 54,6% das matrículas no ensino superior presencial.

Tabela 1: Gênero

	Frequência	Percentual
Masculino	30	40,5
Feminino	44	59,5
Total	74	100,0

No Brasil a idade regular de conclusão do ensino médio é entre 17 e 18 anos. A Tabela 2 revela que, quanto à idade, os estudantes concluintes do Curso de Ciências Contábeis das fundações municipais de Goiás são, na sua totalidade, maiores de 20 anos, estando 78,4% da amostra na faixa etária de 20 a 25 anos; 12,2% entre 26 e 30 anos, e 9,5% estão com mais de 30 anos de idade.

Setton (1999) afirma que a Contabilidade é um curso em que 19,7% da sua clientela é composta por pessoas mais maduras, na faixa de 31 a mais de 40 anos. A faixa etária dos estudantes respondentes desta pesquisa se assemelha à realidade dos estudantes da USP em 1999, como mostra os dados da citada autora:

85% dos estudantes veteranos com idade entre 17 e 30 anos; 9,4% entre 31 e 35 anos; e 4,7% acima de 36 anos.

Setton (1999) coloca ainda que:

Consideramos que os alunos que ingressaram no curso superior logo após concluir o ensino médio possuem uma trajetória educacional sem interrupções; o que reflete uma vida acadêmica anterior protegida e orientada em direção à profissionalização. Esta situação remete à presença de uma retaguarda familiar que assegura a permanência do estudante nos bancos escolares. Classificamos os cursos segundo a faixa etária de seus alunos. Assim, denominamos: *Cursos seletos*: aqueles em que 70% ou mais dos alunos estão na faixa etária de 17 a 24 anos; • *Cursos intermediários*: aqueles em que 70% ou mais dos alunos estão nas faixas etárias de 17 a 24 anos e de 25 a 30 anos; (SETTON, 1999, p. 466)

Tabela 2: Idade

	Frequência	Percentual
De 20 a 25 Anos	58	78,4
De 26 a 30 Anos	9	12,2
Mais de 30 Anos	7	9,4
Total	74	100,0

A amostra revela, conforme a Tabela 3, que entre os estudantes apenas 1,4% são oriundos de escolas particulares, e 98,6% dos estudantes originários da escola pública.

Tabela 3: Onde Cursou o Ensino Médio?

	Frequência	Percentual
Escola Pública	73	98,6
Escola Particular	1	1,4
Total	74	100,0

A maioria dos estudantes das escolas públicas é menos favorecida do ponto de vista econômico. Mello (1973) observa que uma escola será democrática se colocar sua competência técnica a serviço das necessidades populares. Argumenta ainda que são encontrados elementos importantes para a causa do fracasso escolar,

tal como a incompetência técnica, que tem muito a ver com a ação do educador, que transmitiria, pela escola, conhecimentos básicos úteis às camadas populares.

Camini *et al* (2001, p.30) colocam que “trata-se de assistir os mais necessitados buscando equidade através da educação, para que possam individualmente, pelo esforço pessoal, conquistar o emprego e acessar a riqueza.”

Segundo Mello (1991), a educação pode dinamizar outros processos sociais importantes para alcançar maior equidade, tais como formação para a cidadania, com aquisição de conhecimentos, compreensão de ideias e valores, hábitos de convivência, tornando a sociedade mais justa, solidária e integrada. Constata-se que a educação é importante estratégia de desenvolvimento em tempos de novos padrões de produtividade e competitividade, impostos pelos avanços tecnológicos.

A Tabela 4 mostra que apenas 6,8% revelaram fazer cursinho preparatório para entrar no curso de Ciências Contábeis, e 89,2% dos participantes afirmaram não frequentar nenhum curso preparatório para acessarem o curso. Pode-se inferir que esses cursos têm apresentado demandas menores, ou seja, são menos procurados pelos estudantes concluintes do ensino médio.

Tabela 4: Fez Cursinho Preparatório para Entrar no Curso de Ciências Contábeis

	Frequência	Percentual
Sim	5	6,8
Não	66	89,2
Total	71	96,0
Não Responderam	3	4,0
	74	100,0

Setton (1999) ressalta que os cursos com boas expectativas de ganho financeiro e *status* social apresentam grande competitividade nos vestibulares. Na área das Humanidades são: Direito, Administração, e Arquitetura, entre outros.

Todos os cursos em estudo nesta pesquisa são oferecidos no período noturno, o que é também apontado por Setton (1999). Segundo o autor, 60,9% dos veteranos do curso de Contabilidade preferem o turno noturno. Escolha pertinente quando 70,3% dos respondentes afirmam exercer atividade remunerada em tempo integral, como no caso da pesquisa em tela.

A amostra estudada nesta pesquisa é composta por 20,3% de estudantes da FEA; 31,1% da FAFICH; 20,3% da UNIFIMES e 28,4% da FESURV, conforme Tabela 5.

Tabela 5: Onde faz o seu curso?

	Frequência	Percentual
Anicuns – GO	15	20,3
Goiatuba – GO	23	31,0
Mineiros – GO	15	20,3
Rio Verde – GO	21	28,4
Total	74	100,0

A Tabela 6 aponta que o motivo que predominou na escolha do curso foram as oportunidades no mercado de trabalho, com 47,3%, seguido da opção relação com o trabalho atual, com 24,3%.

Tabela 6: Motivo predominante da escolha do curso

	Frequência	Percentual
Relação com o trabalho atual	18	24,3
Aptidão pessoal	9	12,2
Prestígio social / econômico	1	1,4
Oportunidade no mercado de trabalho	35	47,3
Baixa concorrência por vagas	1	1,4
Outro motivo	8	10,7
Total	72	97,3
Não Responderam	2	2,7
	74	100,0

Esses resultados podem revelar a expectativa desse público, alinhada com o desejo de capacitar como mão de obra qualificada para atender as demandas do mercado atual, pois a educação aumenta a renda do trabalhador, conforme expõe Smith (1983):

A aquisição destas habilidades para a manutenção de quem as adquiriu durante o período de sua formação, estudo ou aprendizagem, sempre custa uma despesa real, que constitui um capital fixo e como que encarnado na sua pessoa. [...] A destreza de um trabalhador pode ser enquadrada na mesma categoria que uma máquina ou instrumento de trabalho que facilita e abrevia o trabalho e que, embora custe certa despesa, compensa essa despesa com lucro. (SMITH, 1983, p.248)

Assim, uma hipótese que se levanta é que o Curso de Ciências Contábeis favorece e acelera o caminho de conclusão da habilitação para o mundo do trabalho. Os estudantes, originários de escolas públicas, acessaram o ensino superior sem cursinhos preparatórios para vestibulares e afirmam terem feito opção por um curso demandado pelo mercado de trabalho.

A pesquisa de Setton (1999) esclarece que 32% dos estudantes de Contabilidade pertencem a núcleos familiares com renda compreendida entre R\$ 2,6 mil a R\$ 5,2mil, classificada como faixa intermediária.

Outra hipótese que se levanta é que trata-se de pessoas de classe média buscando qualificação para o mercado de trabalho a fim de manterem o padrão socioeconômico, ou até mesmo melhorar tal padrão, pois conforme a Tabela 7, 70,3% da amostra afirmam exercer atividade remunerada em tempo integral.

Tabela 7: Exerce atividade remunerada

	Frequência	Percentual
Não	14	18,9
Parcial (até 30h / semana)	5	6,8
Integral (31h ou mais)	52	70,3
Eventualmente	2	2,6
Total	73	98,6
Não Responderam	1	1,4
	74	100,0

4.3.1 Resultados dos questionários

Os dados coletados por meio do questionário foram analisados utilizando-se o programa SPSS 17.0. O instrumento utilizado para medir as respostas das perguntas fechadas foi a escala Likert. Para cada resposta foi atribuída uma numeração que reflete a direção da atitude do respondente em relação a cada afirmação.

A pontuação total da atitude de cada respondente é dada pelo somatório das pontuações obtidas em cada afirmação. No questionário utilizado na presente pesquisa foi dada a pontuação a cada afirmativa, de acordo com o Quadro 5.

Pontuação	Afirmativas
1	Discordo Totalmente
2	Discordo Muito
3	Discordo Pouco
4	Concordo Pouco
5	Concordo Muito
6	Concordo Totalmente

Quadro 5: Pontuação e Afirmativas

Os resultados das questões fechadas foram agrupados em três colunas. A primeira, de Forte Discordância, é formada pelas afirmativas: discordo totalmente e discordo muito; a segunda, denominada Sem Posição Definida, é formada pelas afirmativas: discordo pouco e concordo pouco; a terceira, denominada Forte Concordância, é formada pelas afirmativas: concordo muito e concordo totalmente.

As questões abertas tiveram suas respostas agrupadas por afinidade de respostas, e para melhor leitura dos dados foram geradas tabelas no Word que indicam as respostas que ocorreram e em que frequência e percentual apareceram. Estão compreendidas entre as Tabelas 12 e Tabela 17.

4.3.2 Resultados das análises fatoriais

Seguiu-se o modelo e método propostos por Godoy e Antonello (2009). Realizou-se a análise fatorial das respostas dadas às questões fechadas no questionário e mediu-se o KMO (KAISER-MEYER-OLKIN), cujo resultado foi 0,690, conforme mostra a Tabela 8, indicando boa adequação dos dados para a análise fatorial, pois o resultado próximo de 1,0 indica que a amostra é significativa para o estudo proposto.

Realizou-se também o teste de esfericidade de Bartlett, que mostrou significância menor que 0,0001, o que permitiu o tratamento dos dados por meio da análise fatorial (PETT; LACKEY; SULLIVAN,2003).

Tabela 8: KMO

KMO	Valor
Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling	0,690

Com o tratamento dos dados foi gerada a análise fatorial em que cada competência e habilidade ganha uma carga, o que possibilitou agrupar as perguntas do questionário relativas às competências e habilidades da profissão contábil, que totalizavam oito, em três fatores:

- Fator 1 – Competências Técnicas: quando o sujeito sabe e pratica o seu saber;
- Fator 2 - Competências Comportamentais: são as características pessoais que levam o sujeito a praticar ou não o que conhece, o seu saber; e
- Fator 3 – Competência de Relacionar a Ciência Contábil com outras áreas do conhecimento: quando o sujeito deve ser capaz de articular os seus conhecimentos da área específica com as áreas afins da profissão contábil.

Os resultados inerentes às competências técnicas, conforme Tabela 9, apontam que os estudantes percebem que obtiveram formação técnica satisfatória, já que as médias dos resultados são sempre acima de quatro pontos.

Nesse fator o maior percentual de forte concordância é apresentado pela questão 6, que indaga sobre o exercício das responsabilidades inerentes à profissão contábil, seguido pelas questões 4 e 3. A percepção de aprendizagem apontada pelos estudantes, relacionada às atividades inerentes à Contabilidade, é satisfatória.

Com esses resultados os alunos demonstraram reconhecer em si competência e habilidades para pôr em prática seus conhecimentos na elaboração de relatórios e pareceres, utilizar de forma conveniente as leis que regem as funções contábeis, bem como cumprir suas responsabilidades, demonstrando domínio das atividades práticas inerentes à Contabilidade.

Tabela 9: Fator 1 - Competências Técnicas

Variáveis	CF	FD	SPD	FC	M
(03) Elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais.	0,827	8,60	62,30	29,00	4,04
(04) Aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis.	0,781	7,50	53,70	38,80	4,10
(06) Exercer minhas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e a prestação de contas de sua gestão perante a sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania.	0,696	10,30	47,10	42,60	4,26

CF - carga fatorial

FD - percentual de forte discordância (discordo totalmente + discordo muito)

SPD - percentual de sem posicionamento definido (discordo pouco + concordo pouco)

FC - percentual de forte concordância (concordo totalmente + concordo muito)

M - média aritmética simples

A Tabela 10 indica que os alunos concordam que a formação em nível de graduação, oferecida pelos cursos de Ciências Contábeis das instituições em estudo, desenvolve as competências comportamentais.

Dentre as questões que compõem o Fator 2, a de número 8 apresenta o maior percentual de forte concordância, significando que o conjunto de disciplinas elencadas no Projeto Pedagógico desses cursos, bem como os professores e o ambiente universitário, estão bem orientados para a formação do perfil ético dos estudantes.

Isso revela que essas Instituições, que são fundações educacionais criadas para dar oportunidade de acesso à educação superior, demonstram preocupação com a formação de profissionais para exercerem com ética e proficiência sua profissão, o que se reverte em qualidade para a sociedade, pois podem contar com pessoas conscientes de suas responsabilidades profissionais, conduzindo seus

trabalhos sempre observando os preceitos legais e morais que preservam os valores da sociedade à qual pertencem.

Tabela 10: Fator 2 - Competências Comportamentais

Variáveis	CF	FD	SPD	FC	M
(05) Desenvolver, com motivação e permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos e à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão.	0,785	10,30	66,20	23,50	3,82
(07) Desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação.	0,773	14,70	54,40	34,90	3,85
(08) Exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas na legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.	0,729	5,80	39,10	55,10	4,57

CF - carga fatorial

FD - percentual de forte discordância (discordo totalmente + discordo muito)

SPD - percentual de sem posicionamento definido (discordo pouco + concordo pouco)

FC - percentual de forte concordância (concordo totalmente + concordo muito)

M - média aritmética simples

A análise das matrizes curriculares dos cursos em estudo mostra que boa parte da carga horária é destinada aos conteúdos de formação básica, que têm como propósito formar o perfil profissional preparado para inter-relacionar a Contabilidade com outras áreas do conhecimento, tais como: Administração, Economia e Direito, conforme previsto no Art.15, inciso I, das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Ciências Contábeis.

O Fator 3 aglutina as questões ligadas à capacidade de o estudante utilizar os termos da profissão ao comunicar-se, de maneira conveniente, com os diversos interessados pela informação contábil, bem como a capacidade de o concluinte enxergar como a sua atuação depende das áreas profissionais afins.

A Tabela 11 colabora para confirmar que na presente pesquisa os estudantes percebem que o seu curso ensejou condições favoráveis à aquisição da competência de relacionar a Ciência Contábil com outras áreas, visto que esse item apresentou a maior média e carga fatorial na pergunta nº 1.

Tabela 11: Fator 3 - Competência de Relacionar a Ciências Contábeis com Outras Áreas

Variáveis	CF	FD	SPD	FC	M
(01) Utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis.	0,918	5,80	33,30	60,80	4,58
(02) Demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil.	0,552	3,00	58,20	38,20	4,33

CF - carga fatorial

FD - percentual de forte discordância (discordo totalmente + discordo muito)

SPD - percentual de sem posicionamento definido (discordo pouco + concordo pouco)

FC - percentual de forte concordância (concordo totalmente + concordo muito)

M - média aritmética simples

Conforme a Tabela 12, quando os estudantes foram indagados sobre o que mudariam no seu curso para melhorar o processo de aprendizagem, os resultados demonstraram que os professores lideram a expectativa de melhoria do processo de aprendizagem seguida da organização dos conteúdos e infraestrutura.

Os três pontos evidenciados representam a base estrutural do processo de formação dos profissionais contábeis e sugerem algumas perguntas, a saber: qual o perfil dos professores da Contabilidade? As sugestões de adequação da matriz curricular podem ser decorrentes da atuação docente? Qual a expectativa dos estudantes quanto a infraestrutura desses cursos?

Tabela 12: Analisando a sua passagem pela Faculdade, Centro Universitário ou Universidade, destaque as suas mudanças pessoais nestes últimos anos.

Variáveis	Frequência	Percentual
Maior crescimento e amadurecimento pessoal	22	29,7
Aumento de remuneração	4	5,4
Conhecimento da área contábil	14	18,9
Pouca ou nenhuma mudança	5	6,8
Conhecimento profissional, científico e pessoal	16	21,6
Total	61	82,4
Não Responderam	13	17,6
	74	100,0

Strassburg (2003) afirma que a maioria dos professores de contabilidade no Brasil não tem uma experiência anterior com o magistério, e sim no dia a dia das

empresas. Geralmente possuem apenas a graduação ou, no máximo, especialização.

Pereira e Rollo (2003, p.3) declaram que no ensino da Contabilidade “é fundamental a construção dos educandos, principalmente através de estímulos ao questionamento e à pesquisa tendo por meta o fortalecimento do senso crítico”.

Silva (2008) aponta que o adequado ensino é uma função sociocultural das IES, e repensar o ensino de Contabilidade no País passa pela promoção permanente da formação docente, em constante atitude de ação, reflexão, ação. Qualificar o professor de Contabilidade nos aspectos didáticos e técnicos, bem como oferecer condições para que esse professor se dedique ao ensino, à pesquisa e à extensão, comprovadamente os pilares da educação superior, são alternativas no ensino de excelência.

Com tal medida os docentes estariam mais preparados para estimular os estudantes ao questionamento, à pesquisa, promovendo o fortalecimento do senso crítico dos educandos. Os dados evidenciados na Tabela 13 demonstram que os estudantes mudariam os professores para melhorar o processo de ensino-aprendizagem

Tabela 13: O que você mudaria na Faculdade, Centro Universitário ou Universidade, para que o seu processo de aprendizagem tivesse sido melhor?

Variáveis	Frequência	Percentual
Estágio	2	2,7
Matriz curricular	23	31,1
Professores	25	33,8
Estrutura física, biblioteca e laboratórios	16	21,6
Outros	2	2,7
Total	68	91,9
Não Responderam	6	8,1
	74	100,0

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Ciências Contábeis apontam o estágio supervisionado como uma das estratégias para desenvolver os conteúdos que ligam teoria e prática. O Art. 7º da Resolução CNE/CES n. 10/2004 define o Estágio Curricular Supervisionado como:

um componente curricular direcionado para a consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus Colegiados Superiores acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria instituição de ensino, mediante laboratórios que congreguem as diversas ordens práticas correspondentes aos diferentes pensamentos das Ciências Contábeis e desde que sejam estruturados e operacionalizados de acordo com regulamentação própria, aprovada pelo conselho superior acadêmico competente, na instituição.

§ 2º As atividades de estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, até que os responsáveis pelo estágio curricular possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

§ 3º Optando a instituição por incluir no currículo do curso de graduação em Ciências Contábeis o Estágio Supervisionado de que trata este artigo, deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, observado o disposto no parágrafo precedente. (BRASIL,2004)

O exposto na Tabela 14 mostra que apenas 28,4% dos sujeitos da amostra afirmam terem desenvolvido atividades de estágio durante a graduação e utilizaram as competências e habilidades desenvolvidas nessa etapa da formação.

Tabela 14: Os conhecimentos e habilidades adquiridos na graduação foram utilizados durante as atividades desenvolvidas no estágio?

Variáveis	Frequência	Percentual
Não realizou estágio	42	56,8
Sim	21	28,4
Parcialmente	3	4,1
Não	2	2,7
Total	68	92,0
Não Responderam	6	8,0
	74	100,0

Quanto ao conjunto de disciplinas que acreditam mais contribuir para a aquisição de competências e habilidades desejadas na formação dos contabilistas,

são elencadas as de formação específica e as do núcleo de formação geral como dispensáveis do currículo. Esses dados estão representados na Tabela 15.

Tabela 15: Destaque, por ordem de importância, as disciplinas que mais contribuíram para a aquisição das competências e habilidades desejadas na formação de contabilista.

Variáveis	Frequência	Percentual
Contabilidade Geral - Introdutória, Básica, Intermediária, Teoria da Contabilidade	2	2,7
Contabilidade Aplicada - Agropecuária, Comercial, Tributária, Custos	5	6,8
Prática Contábil	1	1,4
Várias - Contabilidade Geral, Contabilidade Aplicada, Prática Contábil.	59	79,7
Total	67	90,6
Não Responderam	7	9,4
	74	100,0

A Tabela 16 destaca as disciplinas que, no ponto de vista dos estudantes, seriam dispensadas do currículo, entre elas Sociologia e Filosofia, com percentual de 32,4%. As matrizes curriculares dos cursos em análise apontam que apenas uma das instituições oferece as duas disciplinas na organização dos conteúdos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais, em seu Art. 5º Inciso I, prevê que o estudante de Ciências Contábeis deve realizar estudos relacionados a outras áreas do conhecimento, sem indicar especificamente as disciplinas em questão.

Já a Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, emitida pelo CFC, contempla a disciplina de Sociologia, cuja ementa relaciona os seguintes assuntos: Evolução do Conhecimento Científico; Requisitos para o Reconhecimento Científico; Pensamento Racional; Noções de Lógica; Construção do Conhecimento; A Filosofia e o Pensamento Contábil.

Com tais dados ocorrem algumas perguntas, tais como: os professores responsáveis pelas disciplinas do núcleo comum estão trabalhando esses conceitos desarticulados da área profissional, de forma a parecer dispensável na formação do perfil profissional? Ou revelam uma expectativa de formação técnica voltada apenas às questões profissionalizantes?

Tabela 16: Destaque as disciplinas que dispensaria do seu currículo explicando o porquê.

Variáveis	Frequência	Percentual
Nenhuma	16	21,6
Sociologia, Filosofia	24	32,4
Psicologia, Metodologia	3	4,1
Português, Leitura e Interpretação de Textos, Matemática	3	4,1
Várias	10	13,5
Contabilidade Internacional, Contabilidade Não Governamental	3	4,1
Informática, Lógica	5	6,8
Total	64	86,6
Não Responderam	10	13,4
	74	100,0

Quanto à percepção dos estudantes em relação à preparação obtida no curso de graduação em Ciências Contábeis, a Tabela 17 demonstra que são transmitidos os conhecimentos básicos, com forte carga teórica, o que faz com que os estudantes sintam-se pouco preparados para o mercado de trabalho.

O resultado obtido indica que apesar do esforço iniciado no século XX, com a Resolução nº. 03/92, que conforme Peleias *et al* (2007) trouxe novidades como a organização de currículos que estimulasse conhecimentos teóricos e práticos, ainda no século XXI o desafio de articular de maneira adequada teoria e prática permanece atual.

Tabela 17: Qual a sua opinião sobre a preparação obtida no seu curso de graduação em Ciências Contábeis?

Variáveis	Frequência	Percentual
Formam os conhecimentos básicos para a profissão	12	16,2
Muito teórico e pouco prático	13	17,6
Prepara pouco	20	27,0
Prepara de forma completa para o mercado de trabalho	6	8,1
O curso é bom	15	20,3
Total	66	89,2
Não Responderam	8	10,8
	74	100,0

Pesquisa realizada com as principais instituições de ensino do estado de São Paulo, por Machado e Nova (2008), mostraram um mercado extremamente exigente quanto aos conhecimentos específicos necessários para a conquista e a manutenção do emprego, e os alunos, de forma geral, declararam não se sentirem aptos para atender o grau de exigência esperado pelas empresas.

Silva (2008) afirma que a construção do conhecimento acontece num contexto dinâmico, e não numa perspectiva fragmentada, estática. A prática pedagógica, amarrada em teoria de aprendizagem como memorização, pautada pela transmissão de conhecimento, tem proporcionado pouca significação para os alunos, pois é facilmente esquecida e não acompanha os avanços científicos e tecnológicos que se desenvolvem em velocidade acelerada.

Assim, o conhecimento ministrado fica fracionado, descontextualizado, e sem valor para o aprendiz, agravando o sentimento de pouco preparo frente às exigências do mercado de trabalho.

A Tabela 17 aponta que apenas 28,4% dos estudantes entrevistados consideram que o curso é bom e prepara de forma completa para o mercado de trabalho, o que coincide com os dados apresentados na Tabela 13 que apresenta 28,4% dos respondentes afirmando que os conhecimentos e habilidades adquiridos na graduação foram utilizados durante as atividades desenvolvidas no estágio, enquanto 56,8% afirmaram não terem realizado estágio durante a graduação.

O resultado apresentado reforça que a prática pedagógica nos cursos de Ciências Contábeis deve ser contextualizada e pautada nos avanços científicos e tecnológicos, para que o aprendizado aconteça de forma significativa ao estudante.

Pereira (2011) desenvolveu pesquisa que teve como objetivo verificar o nível de conhecimento dos alunos sobre as IFRS, conforme a metodologia de ensino utilizada nas Instituições de Ensino Superior (IES) do Distrito Federal, e como esses alunos estão sendo preparados para ingressar no cenário de convergência contábil. Os resultados mostraram que o método de ensino tradicional, em que a matéria é exposta e interpretada pelo professor, é o mais usado nos cursos de contabilidade do Distrito Federal.

Além disso, o conhecimento global das normas internacionais de contabilidade estava no mesmo nível entre os alunos, e concluiu-se que o aprendizado em sala de aula não é suficiente para suprir a nova demanda da profissão contábil.

Silva (2008) esclarece que:

A ciência exige, hoje, uma nova visão de mundo, preferencialmente diferente e não fragmentado. Precisa-se repensar as práticas educativas e perceber que perfil acadêmico do indivíduo está a ser formado nas IES brasileiras e qual o currículo que será propício para a formação de indivíduos com uma maior criticidade. São esses desafios que fará com que o curso de Ciências Contábeis tenha uma melhor performance no ENADE ou em outro método usado de avaliação. (SILVA, 2008, p.92)

A pesquisa ora realizada com os estudantes concluintes dos cursos de Ciências Contábeis das Fundações Municipais do estado de Goiás confirma o perfil definido por Silva (2008) quando indica que a maioria cursos no País acontece em turno noturno, com alunos mais maduros, em tese pela sua origem social e trajetória de vida, oriundos na sua maioria de escolas públicas, que trabalham durante todo o dia e estudam à noite.

Silva (2008) aponta, em seu estudo, ações que contribuem para melhoria do ensino aprendizagem. Frente às semelhanças identificadas na amostra pesquisada no presente estudo incluem-se essas indicações que podem contribuir para aumentar a qualidade também nos Cursos de Ciências Contábeis das Fundações Municipais do estado de Goiás, a saber:

- | |
|---|
| a) Cursos de nivelamento nos primeiros anos para melhorar os conhecimentos linguísticos e de matemática básica, bem como ajudá-los em orientações de como organizar os seus estudos. |
| b) Avaliação diagnóstica do aprendizado dos alunos do(s) semestre(s) anterior(es), que devem ser elaboradas no início de cada semestre com a finalidade de desenvolver ações de correção de possíveis deficiências de aprendizagem; em dia ou até em projetos semipresenciais com encontros para complementar ou reforçar conteúdos em que os estudantes apresentaram dificuldades. |
| c) Projetos integradores entre disciplinas com temas geradores, complementando saberes. |
| d) Currículo por competências, envolvendo alunos, professores e direção na sua construção, de modo a oportunizar aos estudantes conhecimentos, habilidades e atitudes, cumprindo os próprios pilares da educação para o século XXI delineados pela Unesco: conhecer, saber fazer, saber viver juntos e saber ser. |
| e) Integrar os saberes após análise das competências elencadas para aquele semestre de curso; por meio de textos e atividades desafiadoras para os alunos. Trabalhar as |

disciplinas integradas entre si, durante o semestre.
f) O processo de avaliação deve contemplar dois momentos: o primeiro, com os conteúdos específicos de cada disciplina por meio de exames, debates, seminários, entre outras; e o segundo coletivamente, envolvendo os professores do semestre em que deverão associar todos os conhecimentos de maneira integrada, utilizando portfólios, seminários, simulações, jogos de empresas, relatórios etc.
g) Incluir atividades práticas, conforme blocos de conhecimentos de cada semestre, para minimizar as queixas constantes de desconexão da teoria com a prática. Procurar sempre associar os conhecimentos teóricos com possíveis aplicações no cotidiano profissional.
h) Atividades avaliativas que priorizem questões reflexivas em detrimento de questões de memorização. Sugere-se aos professores de cada semestre letivo que combinem suas atividades pedagógicas priorizando dinâmicas como estudo de caso, resolução de problemas, dinâmicas de grupo.
i) Os alunos devem ser instigados constantemente a realizar pesquisas a fim de agregar novos conhecimentos.
j) A avaliação deve ser um processo no qual o erro indica os conteúdos que devem ser reforçados e revisados.
k) A sala de aula deve ser um lugar de aprendizagem colaborativa e compartilha.
l) Incentivar a autonomia dos alunos, viabilizando que cada estudante encontre seu próprio caminho de aprendizagem.

Quadro 6: Sugestões de Melhorias para os Cursos

O ensino superior está alicerçado pelo tripé ensino, pesquisa e extensão, para proporcionar ao estudante um aprendizado consubstanciado pela experiência que extrapole os limites da repetição, que muitas vezes não faz sentido para o aprendiz. Conforme Silva (2008), cabe ao CFC atuar cada vez mais para apresentar contributos efetivos ao melhor Ensino, à adequada pesquisa e às mais exitosas atividades de Extensão Universitária na Contabilidade, com foco na realidade e peculiaridade regional e local.

No contexto do mundo atual, em que as tecnologias de comunicação possibilitam às pessoas condições efetivas de atuar como protagonistas, o ambiente escolar, especialmente em nível superior, não pode ser um lugar monótono, parado, que exclui do foco central aquele que está aprendendo.

Trabalhar com práticas pedagógicas que favoreçam a participação do estudante de modo a envolvê-lo e motivá-lo ao aprendizado torna-se imprescindível,

para que o aprendiz em fase de conclusão de curso esteja com uma sensação mais forte de preparo para enfrentar as exigências do mercado de trabalho e da sociedade que o abraçará como profissional da Contabilidade.

4.4 Matrizes Curriculares dos Cursos em Estudo

O Conselho Federal de Contabilidade lançou em 2008 uma Proposta Nacional de Conteúdos para o curso de Ciências Contábeis, que em decorrência das mudanças ocorridas na Contabilidade foi reformulada em 2009.

A segunda edição da Proposta Nacional de Conteúdo para o curso de Graduação em Ciências Contábeis teve como principal modificação a reordenação da carga horária, entre os conteúdos de formação básica e os de formação profissional.

Conforme declaram Carneiro *et al* (2009), a atualização da edição tem por objetivo:

levar às IES, aos coordenadores de curso e aos professores um trabalho de pesquisa, apresentando sugestões de disciplinas que devem compor a grade curricular dos cursos de Ciências Contábeis no Brasil, com um conteúdo aplicável nas modalidades presencial, semipresencial e a distância. (CARNEIRO, 2009, p.4)

Os autores, frente ao intenso processo de mudança, propõem a redução da carga horária das disciplinas do eixo de formação básica em 9% e o aumento de 5,66% da carga horária do eixo de formação profissional. O acréscimo nessa carga horária destina-se às disciplinas Contabilidade Societária e Contabilidade Avançada. De acordo com Carneiro *et al* (2009), tais disciplinas destinam-se a oportunizar aos estudantes:

conhecer os aspectos legais e societários que envolvem as organizações, bem como a sua estrutura de capital, visando à realização de transações e negócios; e proporcionar a aquisição de conhecimento para um contato amplo com os conceitos contábeis aplicados a grandes corporações e grupos empresariais, nacionais e internacionais, mediante estudo e análise dos aspectos avançados da Contabilidade.(CARNEIRO, 2009, pp.69 e 77)

Os resultados apresentados na Tabela 17 demonstram, na opinião de 60,8% dos estudantes, que o curso no qual estão matriculados formam os conhecimentos

básicos, possui carga muito teórica, apresenta poucas oportunidades para a prática, e sentem que o curso oferece pouco preparo aos egressos.

Feita a análise nas Matrizes Curriculares dos quatro cursos objetos deste estudo constata-se que todos eles contemplam, em seus PPCs, carga horária para os conteúdos de formação básica entre 35 e 47,5% da carga horária total do curso, enquanto a recomendação do CFC são 30% para tais conteúdos.

Quanto aos conteúdos de formação profissional e teórico-prática, a recomendação do CFC é que totalizem 70%, e os cursos em análise trabalham na faixa entre 52,5% e 65%.

Nessa perspectiva, a opinião dos estudantes tem fundamentação, e oportunamente será incluída uma proposta de Matriz Curricular, conforme Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Ciências Contábeis. A referida proposta, editada em 2009, reconhece o cenário de intensas mudanças ocorridas na Contabilidade no País e recomenda que as alterações de Normas sejam acompanhadas pelo CFC.

Nas disciplinas optativas outros títulos podem ser contemplados, conforme as demandas regionais. A matriz proposta apresenta carga horária para os conteúdos de formação básica, totalizando 30% e 70% destinadas aos conteúdos de formação profissional e teórico-prático.

Ressalta-se que dos conteúdos de formação profissional 21,43% são destinados às disciplinas Contabilidade Avançada, Contabilidade Societária, Contabilidade Internacional e Responsabilidade Social, que concentram os assuntos relacionados ao processo de harmonização das normas nacionais às internacionais pelas quais passa a Contabilidade no Brasil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Contabilidade é a ciência social aplicada, responsável por construir arquivo base, que provê à sociedade informações relativas à riqueza decorrente do processo produtivo das pessoas, sejam elas de natureza física ou jurídica. Seu núcleo fundamental é o conjunto de bens, direitos e obrigações e seu objeto de estudo é o patrimônio e suas variações, produzidas pelos lucros ou prejuízos.

A Ciência Contábil aplicada contribui para que a sociedade seja capaz de gerir seu patrimônio individual, perseguindo o bem-estar e a prosperidade dos indivíduos e das nações com respeito a todos. Esses profissionais são agentes importantes para as empresas, pessoas e governos realizarem suas operações comerciais no que tange a procedimentos e documentos que envolvem os aspectos fiscais, financeiros e econômicos da movimentação patrimonial.

A Contabilidade, ao longo de sua história, tem oferecido suporte ao desenvolvimento regional ao servir e satisfazer as necessidades de informações históricas referentes ao patrimônio, resultantes de empreendimentos que ajudam as pessoas físicas ou jurídicas a tomarem decisões racionais, bem como o governo em suas várias esferas, municipal, estadual e federal, em sua ação fiscalizadora.

Com o objetivo de formar profissionais capazes de atuar nessa atividade profissional, no Brasil as IES organizam seus PPCs com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, que tratam das competências e habilidades desejadas para o formando. Competência, então, é entendida como o conjunto de qualidades que traduzem a capacidade de o indivíduo agir com responsabilidade, valores e atitudes éticas frente a situações que se apresentam no exercício da profissão contábil.

Esta pesquisa foi realizada com o objetivo de verificar a correspondência entre as competências e habilidades definidas pelo MEC e as propostas do projeto pedagógico dos cursos de Ciências Contábeis das fundações municipais do estado de Goiás, comparando-as com as percepções dos alunos.

A vista disso foram identificadas e descritas, a partir da opinião dos estudantes do último período dos cursos de Ciências Contábeis das Fundações Municipais do estado de Goiás, as competências que julgam ter adquirido durante sua formação.

O perfil dos estudantes participantes da pesquisa foi delineado pelas sete primeiras perguntas fechadas do questionário, que evidenciam as seguintes características: predominância do gênero feminino, com idade entre 20 a 25 anos, que cursaram o ensino médio em escolas públicas e foram aprovados no processo seletivo para ingresso no curso de Ciências Contábeis sem necessidade de cursinho preparatório. Optaram por essa profissão em função das oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho e exercem atividade remunerada em tempo integral.

As competências individuais percebidas por esses estudantes foram classificadas pela escala Likert, em nível de concordância e discordância. Na ocasião da coleta de dados os estudantes cursavam o último período do curso de Ciências Contábeis das Fundações Municipais do estado de Goiás, o que resultou no agrupamento das competências previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais agrupadas em três fatores: o Fator 1, denominado Competências Técnicas; o Fator 2, Competências Comportamentais; e o Fator 3, Competência de Relacionar a Ciência Contábil com outras áreas do conhecimento.

A pesquisa revelou, nas respostas das perguntas fechadas, que os estudantes demonstraram forte concordância quanto à formação das competências técnicas, comportamentais, e de relacionamento da Ciência Contábil com áreas afins, conforme previsto nas Diretrizes Curriculares para o curso em pauta.

Já as perguntas abertas demonstram módica satisfação quanto à preparação obtida no curso, indicando que a graduação dos cursos de Ciências Contábeis oferecida pelas Fundações Municipais do estado de Goiás possui carga teórica bastante significativa, privilegiando os conhecimentos básicos da profissão, o que resulta na sensação de pouco preparo prático para atuar no mercado de trabalho.

Com relação às mudanças pessoais, os alunos responderam que o curso contribuiu especialmente para o crescimento e amadurecimento pessoal, e para o conhecimento profissional e científico na área contábil. Revelaram, também, que se pudessem mudariam professores, matriz curricular e estrutura física, incluindo biblioteca e laboratórios.

Dentre os componentes curriculares apontaram os conteúdos de formação profissional, como os que mais contribuem para a aquisição de competências e habilidades desejadas para o contabilista, e mencionaram as disciplinas de Sociologia e Filosofia como dispensáveis da matriz curricular.

Outro aspecto revelado pelos dados é o percentual de estudantes que consideram que o curso é bom e que prepara de forma completa para o mercado de trabalho, o que coincide com o percentual de 28,4% que afirmaram que os conhecimentos e habilidades adquiridos na graduação foram utilizados durante as atividades de estágio.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais, o estágio é um componente obrigatório do processo de formação do profissional contabilista. Verificadas as matrizes curriculares dos cursos estudados confirma-se que todos contemplam o estágio, porém alguns em ambiente real, nas empresas, e outros de maneira simulada em laboratórios, o que possibilita levantar a hipótese que a prática simulada não é suficiente ou não tem sido percebida pelo aluno como prática.

Os resultados impeliram outros questionamentos, que estão descritos a seguir e que servem como indicação para outras pesquisas ligadas à formação de contabilistas, a saber: qual o perfil dos professores dos Cursos de Contabilidade dessas Instituições? As sugestões de adequação dos conteúdos previstas nas matrizes curriculares desses cursos podem ter efeito da atuação do corpo docente? Qual a expectativa dos estudantes quanto à infraestrutura desses cursos? Os professores responsáveis pelas disciplinas do núcleo comum estão trabalhando os conteúdos desarticulados da área profissional? Ou revelam uma expectativa de formação técnica voltada apenas às questões profissionalizantes?

Dadas as mudanças ocorridas na profissão contábil e a opinião dos estudantes expressas nesta pesquisa, sugere-se que as IES envolvidas no estudo, revejam seus Projetos Pedagógicos com o intuito de refletir sobre seus documentos e exigências para os profissionais da Contabilidade.

Espera-se que o presente estudo possa contribuir com o meio acadêmico e profissional, oferecendo subsídio para discussões relativas ao aspecto de formação dos contabilistas, apontando o que pode ser melhorado a partir das expectativas dos estudantes em período de conclusão de curso, e ainda contribuir para estudos que visem identificar e medir a percepção de aprendizagem de estudantes concluintes de cursos de graduação em Ciências Contábeis.

REFERÊNCIAS

- _____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.
- _____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais, CNE/CES 10. Brasília, 2004.
- _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 4.024/61. Brasília, 1961.
- _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394/96. Brasília, 1996.
- ALMEIDA, M.C. CURSO DE CONTABILIDADE AVANÇADA EM IFRS E CPC. SAO PAULO: ATLAS 2014.
- ALMEIDA, M.C. Curso de Contabilidade Introdutória em IFRS e CPC. São Paulo: Atlas, 2014.
- ANDERE, M. A.; ARAÚJO, A. M. P. Aspectos da formação do professor de ensino superior de Ciências Contábeis: uma análise dos programas de pós-graduação. Revista Contabilidade e Finanças, v. 19, n. 48, p. 91-102, 2008.
- ANTONELLO, C. S. A metamorfose da aprendizagem organizacional: uma revisão crítica. In: RUAS, R. (Coord.). Aprendizagem organizacional e competências gerenciais: experiências e análises no contexto brasileiro. 2003.
- ASSIS, Ita de Fátima Silva. O caminho entre o público e o privado [manuscrito]: um estudo de contextualização da FIMES. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 2008.
- ATKINSON. A.A. *et al.* Contabilidade Gerencial. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- BRAGA, Hugo Rocha. Demonstrações Contábeis: estrutura, análise e interpretação. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- CARNEIRO, Juarez Domingues *et.* Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso em Ciências Contábeis. 2 ed. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2009.
- CAMINI, Lucia *et al.* Educação Pública de Qualidade Social: conquistas e desafios. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- CFC. NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE – NBC PG 100, DE 24 DE JANEIRO DE 2014.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>

CORDEIRO, Juarez Domingues *et al.* Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2009.

CREPALDI, Sílvio Aparecido; CREPALDI, G.S. Contabilidade Gerencial: teoria e prática. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2014

DELORS, Jaques. *Educação*. Um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO Brasília: Cortez: MEC, 2003.

DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco Aurélio. Reestruturação Econômica e Impacto Regional: o novo mapa da indústria brasileira. Nova Economia 6(1) julho. Belo Horizonte, 1996.

FAFICH. Manual do Candidato. Goiatuba, 2013. Disponível em: <[http://www.setasistemas.com.br/web/fafich/vestibular/Manual do Candidato 2013 1 .pdf](http://www.setasistemas.com.br/web/fafich/vestibular/Manual%20do%20Candidato%202013%201.pdf)> Acesso 24 de fev.2013

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Universidade, Espaço de Produção de Conhecimento e de Pensamento Crítico. In: DOURADO, Luiz Fernandes, CATANI, Afrânio Mendes, OLIVEIRA, João Ferreira de (Org). Políticas e gestão da Educação Superior: transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa, 2003.

FEA. Faculdade de Anicuns. Disponível em <http://faculdadeanicuns.edu.br/institucional/historia> Acessado em 24 de fev.2013.

Federal da Paraíba, e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Brasília-DF.

FERRARO, A. R. Gênero e Alfabetização no Brasil de 1940 a 2000: a história quantitativa da relação. Didáticas Específicas – Revista Eletrônica de Investigación/ UAM, Madrid, n.0, p. 30-47, 2009.

MAROSTEGA. F.L; LYRIO. M.V.L; LUNKES. R.J; SCHNORRENBARGER.D. Análise da Produção Científica sobre Controladoria nas Revistas Brasileiras de Contabilidade. In. Pensar Contábil, Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, p.10 – 19, jan./abr. 2014.

FERREIRA, Dolores Maria. Sistema fundacional e responsabilidade. Revista Fundações. Rio de Janeiro, n. 5. Editada pela Fundação Irmão José Otão - FIJO, 2004. Disponível em: <<http://www.femperj.org.br>>. Acesso em: 24 de fev.2013.

FESG. Estatuto Fundação Ensino Superior de Goiatuba, Goiatuba, 2010.

FESURV – Universidade de Rio Verde. Projeto de Reconhecimento do Curso de Ciências Contábeis. Rio Verde.

FESURV. Regimento Geral Universidade de Rio Verde. Rio Verde, 2002.

FIMES. Atos Legais. Disponível em: <[http://www.unifimes.edu.br/admin/documentos/arquivo/2012/09/41/\[1\]atos legais unifimes oficial 27-09-2012.pdf](http://www.unifimes.edu.br/admin/documentos/arquivo/2012/09/41/[1]atos%20legais%20unifimes%20oficial%2027-09-2012.pdf)> . Acesso em: 24 de fev.2013.

FLEURY, M.; Fleury, A. Estratégias Empresariais e Formação de Competências – Um Quebra Cabeça Caleidoscópico da Industria Brasileira. São Paulo, Atlas, 2000.

FURTADO, C. Os desafios da nova geração. Revista de Economia Política, vol. 24, nº 4 (96), outubro-dezembro/2004

GARRISON, R.H; NOREEN, E.W; BREWER, P.C. Contabilidade Gerencial. 14 ed. Bookman, 2013.

GÍLIO, I. (2000). Trabalho e educação. Formação profissional e mercado de trabalho. São Paulo: Nobel.

GODOY, Arilda Schmidt. ANTONELLO, Cláudia Simone. Competências individuais adquiridas durante os anos de graduação de alunos do Curso de Administração de Empresas. Revista de Ciências da Administração. v. 11, n. 23, p. 157-191, jan/abr 2009.

GUERRA, L. A nova Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2013.

IMB, Instituto Mauro Borges. Estado de Goiás no Contexto Nacional – 2011. Disponível em <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/viewcad.asp?id_cad=4416&id_not=2>. Acesso em: 24 de Fev. 2013.

INTERNACIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS (IFRSs). International ACCOUNTING STANDARDS BOARD (IASB). London, 2010.

IUDÍCIBUS, de Sérgio. Contabilidade Introdutória. equipe de professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP; coordenação Sérgio de Iudícibus. São Paulo, 1998.

IUDÍCIBUS, de Sérgio. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio. Contabilidade Gerencial. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LEAL, Edvalda Araújo; MIRANDA, Gilberto José; ARAÚJO, Tamires Sousa, BORGES, Lara Fabiana Moraes. XXXVI Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro/RJ-22 a 26 de setembro 2012.

LEWIS, W. A. A Teoria do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.

LOPES, Alexsandro Broedel; IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria Avançada da Contabilidade. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MACHADO E NOVA Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (2008) v. 2, n. 1, art. 1, p. 1-23 ISSN 1981-8610 jan/abr. 2008.

MARCONI, M.A. LAKATOS, E.M. Fundamentos de Metodologia Científica. 6. Ed. São Paulo, Atlas, 2009.

SETTON, Maria da Graça Jacintho R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 80, n. 196, p. 451-471, set./dez. 1999.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos. São Paulo: Atlas, 2009.

MEC. Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

MELIS, F. Storia della ragioneria – contributo alla conoscenza e interpretazione delle fonti piú significative della storia econômica. Dott. Cesare Zuffi – Editore. Bologna: Itália, 1950.

MELLO, Guiomar Namó de. *Educação Escolar e Classes Populares. Uma reflexão sobre o atual momento político no Brasil.* In – Revista Ande, Ano 3, 6-1983.

MELLO, Guiomar Namó. Políticas Públicas de Educação. Estudos Avançados 5(13) (setembro-dezembro). São Paulo, 1991.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, et al. Qualidade de Vida e Saúde: um debate necessário. Ciência & Saúde Coletiva, 5(1):7-18, 2000.

MORATO, Antonio Carlos; BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. Das fundações educacionais. In: PANTALEÃO, Leonardo. (Org.). Fundações educacionais. São Paulo: Atlas, 2003.

NIYAMA, J.K. Contabilidade Internacional. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OTT, Ernani et al. Relevância dos conhecimentos, habilidades e métodos instrucionais na perspectiva de estudantes e profissionais da área contábil: estudo comparativo internacional. V Congresso ANPCONT, Vitória-ES, 2011.

OLIVEIRA, Luís Martins et al. Controladoria Estratégica. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PAES, José Eduardo Sabo. Fundações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários. 6. ed. Brasília: Editora Brasília Jurídica, 2006.

PELEIAS, Ivam Ricardo; SILVA, Glauco Peres da; SEGRETI, João Bosco; CHIROTTO, Amanda Russo. Revista Contabilidade e Finanças. USP. São Paulo: Edição 30 Anos de Doutorado, p. 19 - 32 • Junho 2007.

PEREIRA, Anísio Cândido; ROLLO, Lúcia Fransolin. Análise do Processo Educacional Contábil sob o prisma de seus elementos de maior relevância. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília. Conselho Federal de Contabilidade, nº 142, jul./ago. 2003.

PEREIRA, E. M. Avaliação do nível de conhecimento dos discentes sobre normas contábeis internacionais face ao processo de convergência do IASB: uma análise nas instituições de ensino do Distrito Federal. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, da Universidade

PNUD. Valores e Desenvolvimento Humano 2010/ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília, 2010.

RISTOFF, Dilvo. Vinte e um anos de educação superior: expansão e democratização. Cadernos do GEA. N.3 (janeiro-junho). Rio de Janeiro, 2013.

ROLIM, Cássio Frederico Camargo; SERRA, Maurício Aguiar. Universidade e Desenvolvimento Regional: o apoio das instituições de ensino superior ao desenvolvimento regional. Curitiba: Juruá, 2009.

SÁ, Antônio Lopes de. A evolução da contabilidade. São Paulo: IOB Thomson, 2006.

SANDRONI, Paulo. Novo Dicionário de Economia. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

SANTOS, Elinaldo Leal, *et al.* Desenvolvimento: um conceito multidimensional. Desenvolvimento Regional em Debate. Ano 2, n.1, jul 2012.

SCHMIDT, P. História do pensamento contábil. Porto Alegre: Bookman, 2000

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. Companhia das Letras: São Paulo, 1.999.

SHYAM, S. Teoria da Contabilidade e do controle. São Paulo: Atlas, 2014.

SILVA, A.C.R; MARION, J.C. Manual de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. São Paulo: Atlas, 2013.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337, Blumenau, v. 4, n. 3, p. 82-94, jul./set. 2008.

SMITH, Adam. A Riqueza das Nações. Vol. 1, Livro 2º, São Paulo: Abril Cultural, 1983.

STRASSBURG. Udo. Avaliação do professor de Contabilidade – algumas considerações. RBC, Brasília: Conselho Federal de Contabilidade n. 141, mai./jun., 2003.

TADEUCCI, M. S. R. A influência da implantação dos programas de participação nos resultados na administração participativa. Universidade Presbiteriana Mackenzie, MACKENZIE, Brasil, Ano de obtenção: 2002.

TEIXEIRA, A. Universidade: mansão da liberdade. In:_____Educação e universidade. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998. Discurso proferido, em 3 de

julho de 1935, na solenidade de inauguração dos cursos da Universidade do Distrito Federal.

UNIFIMES - Centro Universitário de Mineiros. Projeto de Reconhecimento do Curso de Ciências Contábeis – unidade básica das humanidades. Mineiros, 2012.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político pedagógico. In: Escola: espaço do projeto político pedagógico. Campinas: Papirus, 1998.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica. G&DR • v. 8, n. 2, p. 344-369, maio/2012, Taubaté, SP, Brasil.

ZARIFIAN, P. Objetivo competência: por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001.

ANEXO A – APROVAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA



The screenshot displays the 'Plataforma Brasil' web interface. At the top, there is a header with the 'Saúde Ministério da Saúde' logo and the 'Plataforma Brasil' logo. Navigation links for 'principal' and 'central de suporte' are visible. Below the header, there are tabs for 'Público', 'Pesquisador', and 'Alterar Meus Dados'. The user is identified as 'JULIENE REZENDE CUNHA - Pesquisador' with a session expiration time of 35 minutes.

The main content area shows the user's location: 'Você está em: Pesquisador > Gerir Pesquisa'. Below this, a table titled 'Projeto de Pesquisa:' lists the details of a research project.

Tipo	Número CAAE	Título da Pesquisa	Pesquisador Responsável	Versão	Última Modificação	Situação	Gestão da Pesquisa
P	26969514.9.0000.5501	FORMAÇÃO DE BACHARÉIS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS E SUA IMPORTANCIA PARA O DESENVOLVIMENTO	JULIENE REZENDE CUNHA	1	17/03/2014	Aprovado	  

At the bottom of the page, there is a footer with the text: 'Este sistema foi desenvolvido para os navegadores Internet Explorer (versão 7 ou superior), ou Mozilla Firefox (versão 9 ou superior)'. The footer also includes the 'Comitê Nacional de Saúde' logo and the 'SUS' logo.

ANEXO B – MATRIZES CURRICULARES

1º Período		
Disciplina	Créditos	Carga Horária
Introdução à Administração	4	60
Contabilidade Geral I	6	90
Sociologia das Organizações	4	60
Português Instrumental	4	60
Matemática I	4	60
2º Período		
Contabilidade Geral II	6	90
Contabilidade Comercial	4	60
Economia de Empresas	4	60
Leitura e Produção de Textos	4	60
Matemática II	4	60
3º Período		
Demonstrações Contábeis	4	60
Contabilidade de Custos	4	60
Psicologia do Trabalho	4	60
Instituições de Direito Público e Privado	4	60
Probabilidade e Estatística	6	90
4º Período		
Análise das Demonstrações Contábeis	6	90
Noções de Ciências Sociais	4	60
Introdução à Microinformática	4	60
Legislação Social	4	60
Matemática Financeira	4	60
5º Período		
Sistema de Informação Contábil	4	60
Finanças Corporativas I	4	60
Contabilidade Gerencial	6	90
Direito Comercial e Societário	4	60
Direito Tributário	4	60
6º Período		
Teoria da Contabilidade	6	90
Finanças Corporativas II	4	60
Organização de Empresas	4	60
Contabilidade Fiscal	4	60
Metodologia Científica	4	60
7º Período		
Auditoria	4	60
Contabilidade Pública	4	60
Contabilidade Agropecuária	4	60
Legislação Previdenciária	4	60
8º Período		
Perícia Contábil	4	60

Prática Contábil I	6	90
Prática Contábil II	6	90
Ética Geral e Profissional	4	60
Contabilidade das Instituições Financeiras	4	60
Monografia	4	60
Tópicos Contemporâneos	4	60

Matriz Curricular: Curso de Ciências Contábeis – Fesurv

1º Período		
Disciplina	Créditos	Carga Horária
Introdução à Contabilidade	4	72
Leitura e Compreensão de Textos	4	72
Fundamentos de Administração	4	72
Lógica	4	72
Sociologia	2	36
Matemática Básica	4	72
2º Período		
Contabilidade Básica	4	72
Teoria Geral da Contabilidade	4	72
Estruturas Demonstrações Contábeis I	2	36
Introdução ao Direito	2	36
Introdução à Economia	4	72
Matemática Financeira	4	72
3º Período		
Contabilidade e Orçamento Público	4	72
Estruturas Demonstrações Contábeis II	2	36
Direito e Legislação Tributária	4	72
Contabilidade Intermediária I	4	72
Contabilidade das Socied. Cooperativas	2	36
Psicologia Organizacional	4	72
4º Período		
Contabilidade de Custos	4	72
Contabilidade Intermediária II	4	72
Contabilidade Aplicada às Instituições Financeiras	4	72
Finanças Empresariais	4	72
Direito Trabalhista e Legislação Social	4	72
5º Período		
Direito Empresarial	4	72
Contabilidade e Gestão de Serviços	4	72
Análise de Custos	4	72
Estatística	4	72
Metodologia da Pesquisa Científica	4	72
6º Período		
Prática Contábil I	4	72
Análise de Projetos e Orçamento Empresarial	4	72
Análise das Demonstrações Contábeis	4	72

Auditoria Contábil	4	72
Gestão de Novos Negócios	4	72
7º Período		
Perícia, Avaliação e Arbitragem	4	72
Contab. Fiscal e Planejamento Tributário	4	72
Controladoria	4	72
Prática Contábil II	4	72
Ética - Legislação Profissional Aplicada	2	36
Planejamento de TCC	2	36
8º Período		
Mercado de Capitais	4	72
Contabilidade Avançada	2	36
Contabilidade e Responsabilidade Social	2	36
Contabilidade Rural	4	72
Gestão de Tecnologia da Informação	4	72
Leitura e Produção de Texto	4	72

Matriz Curricular: Curso de Ciências Contábeis – Fimes

1º Semestre		
Disciplina	Créditos	Carga Horária
Português	4	80
Matemática I	4	80
Sociologia	4	80
Metodologia Científica	4	80
Contabilidade Geral I	4	80
2º Semestre		
Inst. do Direito Público e Privado	4	80
Matemática II	4	80
Administração I	4	80
Estatística I	4	80
Contabilidade Geral II	4	80
3º Semestre		
Administração II	4	80
Estatística II	4	80
Teoria da Contabilidade	4	80
Direito Comercial	4	80
Contabilidade Comercial I	4	80
4º Semestre		
Contabilidade Comercial II	4	80
Matemática Financeira	4	80
Prática Contábil I	4	80
Direito Trabalhista e Previdenciário	4	80
Filosofia	4	80
5º Semestre		
Contabilidade de Custos	4	80
Direito Tributário	4	80

Introdução à Economia I	4	80
Adm. Financ. e Orç. Emp. I	4	80
Introdução à Informática	4	80
6º Semestre		
Contabilidade Pública I	4	80
Análise das Demonst.Contábeis I	4	80
Introdução à Economia II	4	80
Adm.Financ. e Orç. Emp. II	4	80
Prática Contábil II	4	80
7º Semestre		
Auditoria I	4	80
Análise das Demonstrações Contábeis II	4	80
Contabilidade Pública II	4	80
Elaboração e Análise de Projetos	4	80
Contabilidade Agropecuária	4	80
8º Semestre		
Perícia contábil	4	80
Ética e Legislação Profissional	4	80
Auditoria II	4	80
Contabilidade Gerencial	4	80
Prática Contábil III	4	80

Matriz Curricular: Curso de Ciências Contábeis – Fesg

1º Período		
Disciplina	Créditos	Carga Horária
Português Instrumental	4	60
Matemática I	4	60
Contabilidade Geral I	6	90
Introdução à Administração	4	60
Sociologia Geral e Aplicada às Empresas	4	60
2º Período		
Matemática II	4	60
Contabilidade Geral II	6	90
Leitura e Produção de Textos	4	60
Economia de Empresas	4	60
Metodologia Científica	4	60
3º Período		
Contabilidade Geral III	6	90
	6	90
Probabilidade e Estatística		
Instituições de Direito Público e Privado	4	60
Contabilidade Comercial	6	90
Psicologia do Trabalho	4	60
4º Período		
Contabilidade de Custos	6	90
Análise das Demonstrações Contábeis	6	90

Matemática Financeira	4	60
Disciplina Optativa	4	60
Ética Geral e Profissional	4	60
5º Período		
Contabilidade Pública	6	90
Sistema de Informação Contábil	4	60
Direito Comercial	4	60
Finanças Corporativas I	4	60
Legislação Tributária	4	60
6º Período		
Contabilidade Gerencial	6	90
Contabilidade Agropecuária	4	60
Finanças Corporativas II	4	60
Métodos e Técnicas de Pesquisa	4	60
Prática Contábil I	8	120
7º Período		
Auditoria	6	90
Contabilidade Fiscal	6	90
Prática Contábil II	8	120
Teoria da Contabilidade	4	60
Legislação Social e Previdenciária	4	60
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)	4	60
8º Período		
Tópicos Contemporâneos	4	60
Prática Contábil III	10	150
Perícia Contábil	4	60
Planejamento e Gestão de Tributos	6	90

Matriz Curricular: Curso de Ciências Contábeis – FEA

1º Período		
Disciplina	Créditos	Carga Horária
Contabilidade Básica I	4	60
Matemática	4	60
Administração	4	60
Economia I	4	60
Instituições de Direito Público e Privado	4	60
2º Período		
Contabilidade Básica I	4	60
Economia II	2	30
Métodos Quantitativos Aplicados	4	60
Filosofia da Ciência	2	30
Comunicação Empresarial	4	60
Direito Comercial e Legislação Societária	4	60

3º Período		
Estrutura das Demonstrações Contábeis I	2	30
Teoria Geral da Contabilidade	4	60
Matemática Financeira I	2	30
Direito Trabalhista e Legislação Social	4	60
Direito e Legislação Tributária I	2	30
Metodologia do Trabalho Científico	2	30
Psicologia Organizacional	2	30
4º Período		
Estrutura das Demonstrações Contábeis II	4	60
Matemática Financeira II	4	60
Direito e Legislação Tributária II	4	60
Contabilidade de Custos	4	60
Empreendedorismo	4	60
5º Período		
Contabilidade Aplicada ao Setor Público I	4	60
Finanças Empresariais	4	60
Sistemas de Informação Gerencial	4	60
Ética e Legislação Profissional	4	60
Apuração e Análise de Custos	4	60
Optativa	4	60
6º Período		
Contabilidade Aplicada ao Setor Público II	4	60
Tecnologia da Informação	4	60
Perícia, Avaliação e Arbitragem	4	60
Análise das Demonstrações Contábeis	4	60
Gestão de Finanças Públicas	4	60
Optativa	4	60
7º Período		
Auditoria I	2	30
Contabilidade Avançada I	4	60
Contabilidade Societária I	4	60
Controladoria	4	60
Responsabilidade Social	4	60
Contabilidade Internacional	4	60
Optativa	4	60
Metodologia da Pesquisa	4	60
8º Período		

Auditoria II	4	60
Contabilidade Societária II	4	60
Planejamento e Contabilidade Tributária	4	60
Mercado de Capitais	4	60
Contabilidade Avançada II	4	60
Conteúdos de Formação Teórico-Prática		
Trabalho de Conclusão de Curso		120
Estágio		180
Atividades Complementares		60

Disciplinas Optativas		
Contabilidade Aplicada às Instituições Financeiras	4	60
Contabilidade Aplicada às Instituições de Interesse Social	4	60
Contabilidade Aplicada ao Agronegócio	4	60
Contabilidade Nacional	4	60
Economia Brasileira	4	60
Governança Corporativa	4	60
Subvenções, Assistências Governamentais e Contratos de Concessões	4	60

Matriz Curricular Proposta

Fonte: Adaptada de CFC 2009 Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis